



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE DESPORTOS - CDS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA – Hab. Licenciatura

PÂMELA DE JESUS TEIXEIRA

**PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DA EDUCAÇÃO FÍSICA E A PERPETUAÇÃO DOS
PAPÉIS DE GÊNERO: A visão de professores da Educação Infantil**

Florianópolis

2024

Pâmela de Jesus Teixeira

**PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DA EDUCAÇÃO FÍSICA E A PERPETUAÇÃO DOS
PAPÉIS DE GÊNERO: A visão de professores da Educação Infantil**

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Educação Física – Hab. Licenciatura, do Centro de Desportos/CDS, da Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciatura em Educação Física.

Orientador(a): Prof^a. Dra. Andrize Ramires Costa

Florianópolis

2024

Ficha catalográfica gerada por meio de sistema automatizado gerenciado pela BU/UFSC.
Dados inseridos pelo próprio autor.

Teixeira, Pâmela de Jesus
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DA EDUCAÇÃO FÍSICA E A PERPETUAÇÃO
DOS PAPÉIS DE GÊNERO : A visão de professores da Educação
Infantil / Pâmela de Jesus Teixeira ; orientadora, Andrize
Ramires Costa, 2021.
55 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de
Desportos, Graduação em Educação Física, Florianópolis, 2021.

Inclui referências.

1. Educação Física. 2. Educação Infantil. 3. Educação
Física. 4. Gênero. 5. Práticas Pedagógicas. I. Costa,
Andrize Ramires. II. Universidade Federal de Santa
Catarina. Graduação em Educação Física. III. Título.

Pâmela de Jesus Teixeira

**PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DA EDUCAÇÃO FÍSICA E A PERPETUAÇÃO DOS
PAPÉIS DE GÊNERO: A visão de professores da Educação Infantil**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de
“Licenciado” e aprovado em sua forma final pelo Curso de Educação Física

Florianópolis, 20 de dezembro de 2024.

Insira neste espaço
a assinatura

Coordenação do Curso

Banca examinadora

Insira neste espaço
a assinatura

Orientadora - Prof. Dra. Andrize Ramires Costa - MEN/UFSC

Insira neste espaço
a assinatura

Membro Titular - Prof^o. Dr. Francisco Emílio de Medeiros - CDS/UFSC

Insira neste espaço
a assinatura

Membro Titular - Prof. Dr. Carlos Luiz Cardoso - CDS/UFSC

Florianópolis, 2024.

Às minhas avós (*in memoriam*), que, por caminhos da vida, não puderam estar presentes em minha trajetória por muito tempo. Contudo, o pouco que tive com elas foi suficiente para que eu as guardasse em meu coração, e a saudade me acompanhasse todos os dias.

AGRADECIMENTOS

Agradeço profundamente aos meus pais, Valmira e Nazareno, que fizeram o possível e o impossível para que eu seguisse meus sonhos. Espero que vocês sintam orgulho por essa conquista, tanto quanto eu sinto por ser filha de vocês. Essa vitória não é só minha, é nossa!

Agradeço também aos meus demais familiares, especialmente aos meus irmãos Marcio e Elisa, que, de diversas formas, me apoiaram ao longo de toda a minha graduação. Vocês são inspiração para mim.

Agradeço ao Rodrigo, que esteve ao meu lado durante todo o processo do projeto. Seu constante incentivo e apoio foram essenciais, especialmente nos momentos em que pensei em desistir. Você sempre me mostrou o quanto sou capaz.

Aos colegas e amigos que tive o privilégio de conhecer durante esses anos, agradeço pelas risadas, pelas conversas, pelos trabalhos em grupo e pelo companheirismo. Juntos, compartilhamos não só a vida acadêmica, mas também sonhos e conquistas que levarei para toda a vida.

A minha orientadora Andrize Ramires que me guiou por esse caminho e me ensinou tantas coisas. Muito obrigada por todo o apoio na construção deste trabalho. Agradeço a ela também a oportunidade de ter participado do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação a Docência, com certeza foi um marco essencial durante minha construção como professora.

Por fim, gostaria de expressar minha gratidão a todos os professores que pude ter o privilégio de conviver durante esses anos. Cada um contribuiu de maneira única na minha formação, levarei um pouco de cada em meu caminho.

RESUMO

Gênero é uma construção cultural e histórica, e práticas sexistas estão presentes na educação infantil por meio de comportamentos naturalizados no cotidiano escolar. É essencial discutir o tema para compreender como esses comportamentos perpetuam papéis e responsabilidades distintas para homens e mulheres na sociedade. O docente tem um papel central em mitigar essas influências socioculturais, especialmente na Educação Infantil, uma fase crucial para o desenvolvimento social, moral, físico e cognitivo das crianças. Este estudo investiga as manifestações de gênero e suas influências nas práticas pedagógicas e nas aulas de Educação Física na Educação Infantil, com base na percepção dos professores. A pesquisa apresenta uma abordagem qualitativa de caráter descritivo, tendo como instrumento de coleta de dados a entrevista semiestruturada a três docentes de Educação Física, que lecionam na Educação Infantil da Rede Municipal de Educação de Florianópolis. Os critérios utilizados para seleção dos docentes foram: ter cargo docente efetivo na Rede Municipal de Educação de Florianópolis, possuir experiência com a docência na Educação Física superior a três anos e o aceite aos termos da pesquisa. Como resultados, foi possível compreender o professor como agente mediador de situações a fim de problematizar os papéis de gêneros, naturalmente impostos pela cultura. Bem como a influência positiva dos conhecimentos prévios da temática no desenvolvimento de abordagens pedagógicas que promovam o pensamento crítico e a autonomia das crianças para a livre escolha de seus interesses. A pesquisa, conduzida com docentes de Educação Física da rede de Florianópolis, mostrou que as manifestações relacionadas a papéis de gênero surgem de forma sutil durante brincadeiras, falas e resistências às atividades. Apesar dos docentes não terem abordado amplamente a temática de gênero em sua formação inicial, os professores apresentam esforços conscientes para adotar práticas pedagógicas que minimizem essas influências culturais. Assim, com os resultados obtidos, esperamos que esta pesquisa contribua de alguma forma com a prática docente dos professores de Educação Física, especialmente na Educação Física, reconhecendo a importância de uma formação adequada sobre o tema.

Palavras-chave: Educação Infantil; Educação Física; Gênero; Papel do Professor; Práticas Pedagógicas.

ABSTRACT

Gender is a cultural and historical construct, and sexist practices are present in early childhood education through behaviors that are naturalized in the school routine. It is essential to discuss this topic to understand how these behaviors perpetuate distinct roles and responsibilities for men and women in society. Teachers play a central role in mitigating these sociocultural influences, especially in early childhood education, a critical phase for children's social, moral, physical, and cognitive development. This study investigates gender manifestations and their influences on pedagogical practices and physical education classes in early childhood education, based on teachers' perceptions. The research employs a qualitative, descriptive approach, using semi-structured interviews as the data collection tool with three physical education teachers who work in early childhood education within the Municipal Education Network of Florianópolis. The criteria for selecting the teachers were: holding a permanent teaching position in the Municipal Education Network of Florianópolis, having more than three years of experience teaching physical education, and agreeing to the research terms. The results highlighted the teacher's role as a mediator in situations aimed at questioning the gender roles naturally imposed by culture, as well as the positive influence of prior knowledge on the topic in the development of pedagogical approaches that promote critical thinking and children's autonomy to freely choose their interests. The research, conducted with physical education teachers in the Florianópolis network, showed that gender role manifestations subtly emerge during games, conversations, and resistance to activities. Although the teachers had not extensively addressed the topic of gender in their initial training, they demonstrated conscious efforts to adopt pedagogical practices that minimize these cultural influences. Thus, with the results obtained, we hope that this research contributes in some way to the teaching practices of physical education teachers, especially in early childhood education, recognizing the importance of adequate training on the subject.

Keywords: Early Childhood Education; Physical Education; Gender; Teacher's Role; Pedagogical Practices.

LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE A - Roteiro de Entrevista	46
APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	47

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A - Parecer Consubstanciado do CEP 51

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
1.1 QUESTÃO NORTEADORA.....	13
1.2 OBJETIVOS.....	13
1.2.1 Objetivo Geral.....	13
1.2.2 Objetivos específicos.....	14
1.3 JUSTIFICATIVA.....	14
2 REVISÃO DE LITERATURA.....	16
2.1 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL E SUA RELAÇÃO COM A EDUCAÇÃO FÍSICA.....	16
2.1.1 Legislação brasileira sobre a Educação Infantil.....	18
2.1.2 Educação Física na Educação Infantil.....	20
2.2 PAPEL DO PROFESSOR NA EDUCAÇÃO FÍSICA.....	23
2.3 GÊNERO NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DA EDUCAÇÃO FÍSICA.....	25
3 METODOLOGIA.....	28
3.1 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO.....	28
3.2 PARTICIPANTES DO ESTUDO.....	28
3.3 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS.....	28
3.4 ASPECTOS ÉTICOS.....	29
3.5 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS.....	29
3.6 ANÁLISE DE DADOS.....	30
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	30
4.1 MANIFESTAÇÕES DE GÊNERO NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	31
4.2 PAPÉIS DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: PERCEPÇÕES DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA.....	33
4.3 AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: INFLUÊNCIAS SOCIOCULTURAIS, PERCEPÇÕES E CONFLITOS.....	37
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
REFERÊNCIAS.....	42
APÊNDICE A.....	46
APÊNDICE B.....	47
ANEXO A.....	51

1 INTRODUÇÃO

A Educação Infantil é um direito da criança e um dever do Estado, de acordo com a Lei de Diretrizes e Base da Educação 9394/96, estabelecendo-a como parte integrante da educação básica, fundamental para o desenvolvimento integral da criança. Porém para que se tenha uma educação de qualidade, plena e efetiva, precisa-se estar atento a outros fatores que impactam diretamente o ambiente escolar, como ações políticas de qualidade voltadas à pequena infância (Ayoub, 2001).

Por muito tempo, o corpo, especialmente na infância, tinha um papel secundário à aprendizagem, conseqüentemente resultando na promoção de práticas pensadas apenas com o objetivo técnico, já que o movimento excessivo da criança era visto como distrações e desvio das funções da mente (Santin, 2001). No entanto, com o crescimento de estudos relacionados a importância do movimento para o desenvolvimento das crianças, começou-se a ter a concepção de que esse período da vida das é extremamente rico em descobertas, e que não auxilia vários aspectos da vida como físico, cognitivo, social, moral e emocional (Prado; Altmann; Ribeiro, 2016). Para Kramer (1986) é imprescindível que a valorização dos conhecimentos dos pequenos estejam presentes na Educação Infantil, não podendo deixar de lado os fatores histórico-culturais atrelados a elas e a sociedade em que estão inseridas, para assim, garantir a aquisição de novos conhecimentos.

A desigualdade de gênero se dá em vários ambientes da sociedade, mas quando se fala da Educação Física, é entendível por meio do Coletivo de autores (1992) que esses comportamentos presentes nas aulas são profundamente históricos, pois a disciplina vem tendo historicamente “como objeto de estudo o desenvolvimento da aptidão física do homem” (p. 24). Sabendo que essa diferenciação de gênero se dá por meio da cultura que se reflete principalmente nas aulas por meio de comportamentos esperados e “adequados” para meninos e meninas, faz-se necessário pensar um modo de desvincular a Educação Física do ensino técnico e buscar um ensino que envolva todos os aspectos necessários para o desenvolvimento pleno das crianças, como o cognitivo, emocional e moral (Prado; Altmann; Ribeiro, 2016).

Quando observado, é na Educação Física Escolar que as práticas corporais muitas vezes são “permeadas de preconceitos e imagens estereotipadas sobre o que e para quem são possíveis” (Saraiva, 2002, p. 1), e são reforçadas através de falas e comportamento tanto dos

alunos, quanto de familiares e docentes, assim perpetuando esses estereótipos e limitando as oportunidades de desenvolvimento desde a infância (Cruz e Palmeiras, 2009).

É significativo o papel das escolas na construção e/ou reprodução de conceitos e valores estereotipados em relação ao gênero, como destacado por Cruz e Palmeiras (2009). Isso evidencia a importância de estudos sobre essa temática, principalmente porque é durante a infância que as crianças desenvolvem suas relações com o outro e com o mundo ao seu redor. Nesse contexto, o docente desempenha um papel crucial como agente reflexivo e transformador da cultura escolar, atuando como mediador de relações e mudanças sociais a partir da problematização sobre os papéis de gênero impostos socialmente.

É nesse sentido que a Educação Física se torna uma ferramenta para mudança do cenário de desigualdade presente no cotidiano escolar. Visto que, seus conhecimentos estão atrelados a práticas corporais do movimento, que são nada mais, nada menos que representações de conhecimentos socialmente produzidos historicamente, e pautado questionamento do Coletivo de autores (1992), “a compreensão de que a produção humana é histórica, inesgotável e **provisória**” (p. 27) (grifo meu), o professor de Educação Física e os agentes escolares ali inseridos “deve instigar o aluno a assumir a postura de produtor de outras atividades corporais [...]” (Coletivo de autores, 1992, p. 27), já que os mesmos influenciam diretamente na constituição dos corpos, saberes, gostos e interesses (Prado; Altmann, Ribeiro, 2016).

1.1 QUESTÃO NORTEADORA

Como as questões de gênero se manifestam e influenciam as práticas pedagógicas e o desenvolvimento das aulas de Educação Física na Educação Infantil, considerando as influências socioculturais e as percepções dos professores?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Investigar e compreender como as questões de gênero se manifestam durante as aulas de Educação Física na Educação Infantil.

1.2.2 Objetivos específicos

- Apresentar as influências socioculturais que contribuem para a reprodução de papéis de gênero na Educação Infantil;
- Investigar as percepções de professores de Educação Física sobre a relação de papéis de gênero na Educação Infantil;
- Analisar como o preconceito e os conflitos relacionados às diferenças de habilidades entre meninos e meninas, impostas pela sociedade, impactam o desenvolvimento de aulas e atividades escolares.

1.3 JUSTIFICATIVA

Vivemos em uma sociedade historicamente desigual em vários aspectos relacionados ao gênero, onde essas diferenças foram construídas culturalmente a partir de competências e habilidades estipuladas específicas para cada gênero (Cruz e Palmeiras, 2009). As crianças desde cedo aprendem o que é certo ou errado, adequado ou não para meninos e meninas, influência por esses papéis impostos pela cultura e disseminados como algo natural pela mídia, família e a escola.

Durante minha graduação, especialmente nos projetos que tive a oportunidade de participar e nos estágios obrigatórios, deparei-me com situações em que a separação entre meninos e meninas era evidente, seja por parte da sociabilização ou pela abordagem das práticas pedagógicas dos docentes envolvidos. Especialmente nos estágios obrigatórios, pude observar como essas abordagens adotadas pelos docentes influenciavam diretamente as atitudes dos alunos, tanto dentro quanto fora das aulas de Educação Física. Isto que levou a questionar se em minha vivência escolar, essas influências também impactaram o andamento das aulas.

Ao revisitar minhas lembranças na educação básica, constatei que, de fato, a distinção entre meninos e meninas era evidente, especialmente no que diz respeito aos comportamentos esperados para cada criança. Ficou claro que, principalmente nas aulas de Educação Física, algumas práticas corporais de movimento eram destinadas a diferentes crianças, de acordo com o gênero.

Embora durante a graduação em Educação Física essa diferenciação entre os gêneros não tenha sido tão frequente, percebo que, no âmbito teórico das disciplinas, pouco se discutiu

sobre gênero e suas implicações nas práticas pedagógicas. Essa lacuna reforça a importância da discussão dessa temática, promovendo a reflexão e mudança de conceitos sobre os papéis impostos para meninos e meninas pela sociedade.

Visto que as escolas são umas das principais responsáveis pela construção e/ou reprodução de conceitos e valores estereotipados do que diz respeito a gênero (Cruz e Palmeiras, 2009), percebe-se a importância de estudos voltados a essa temática, entendendo-se que é durante a infância que se desenvolve as relações, diferentes aspectos sociais e também um momento que se deve valorizar os conhecimentos das crianças (Kramer, 1986). Entende-se portanto o papel crucial do professor como um agente reflexivo e transformador da cultura escolar, como um mediador de relações e mudanças sociais.

Uma vez que gênero é entendido como uma construção cultural, histórica e não natural e que essa ideia de gênero e do que é adequado para meninos e meninas se traduz por meio dos comportamentos esperados para tal e é muito presente no cotidiano escolar (Prado; Altmann; Ribeiro, 2016), é sabido que esses ambientes são propícios para que se inicie uma “(re)construção de pensamentos, trabalhando a igualdade de gênero (Ceratti; Schwengber, 2020). Assim, com base na ideia transmitida no Coletivo de Autores (1992) onde diz que por meio da visão histórica e cultural, o conhecimento atrelado a Educação Física tem como objetivo transmitir ao aluno “a compreensão de que a produção humana é histórica, inesgotável e provisória”, esse estudo tem como objetivo compreender e ampliar a visão dos professores de Educação Física da Educação Infantil sobre a importância de práticas pedagógicas adequadas e alinhadas a ideia de tornar os alunos capazes de serem produtores de uma nova visão das práticas corporais e de sentir-se pertencentes ao ambiente em que estão inseridas, focando em uma educação voltada a igualdade de oportunidades entre meninos e meninas.

No entanto, até que ponto a simples garantia de evitar práticas discriminatórias relacionadas ao gênero nas aulas de Educação Física permite que a criança escolha suas preferências livremente, sem a influência de padrões socioculturais já estabelecidos aos diferentes corpos?

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL E SUA RELAÇÃO COM A EDUCAÇÃO FÍSICA

A percepção da infância como um período distinto e importante para o desenvolvimento é relativamente recente na história da humanidade. Ao longo dos séculos, as concepções sobre a criança, seus papéis e valorização social sofreram grandes transformações, e passou-se a entender então que são moldadas por contextos históricos, socioculturais e econômicos específicos (Carneiro, 2020; Fuly et al, 2012).

Ao longo dos séculos, a educação das crianças era exclusiva das suas famílias, com isso, seus hábitos, regras e normas se dava muito pelo convívio com outros adultos à sua volta, e a preocupação era voltada apenas para os atendimentos básicos para a sua sobrevivência. Por outro lado, na contemporaneidade as crianças passaram a ter possibilidade de sociabilização com outras crianças e adultos, aprendendo então sobre a cultura por diferentes visões (Paschoal; Machado, 2009).

Por volta de 1920, o Brasil foi marcado por diversas transformações sociais, políticas e principalmente econômicas, essa que influenciou diretamente na vida das famílias brasileiras. Neste período, impactados também pelos movimentos higienistas, os educadores e médicos passaram a tentar preservar a vida das crianças, por conta do grande índice de mortalidade, contribuindo assim, para o cuidado e a educação, dando-lhes um olhar novo para a infância (Carneiro, 2020), levando em conta que ela até então, não se tinham uma função definida perante a sociedade.

Assim surgiram as primeiras creches e instituições focalizadas nesse público, com um caráter assistencialista, a fim de auxiliar a população pobre e trabalhadora (Paschoal et al., 2009; Fuly, 2012). Outro ponto que fez a sociedade ter outros olhos para as crianças, foi a crise agrícola e o processo de implantação da industrialização no país, que abriu portas para a entrada da mulher no mercado de trabalho e conseqüentemente a necessidade de acolhimento dos filhos dessas operárias (Carneiro, 2020).

Nesse período, o Brasil vivenciou um cenário marcado pelos movimentos operários em busca de direitos sociais, fazendo com que os donos das fábricas buscassem meios para diminuir a força desses movimentos por meio de diversas estratégias, assim

[...] foram concedendo certos benefícios sociais e propondo novas formas de disciplinar seus trabalhadores. Eles buscavam o controle do comportamento dos operários, dentro e fora da fábrica. Para tanto, vão sendo criadas vilas operárias, clubes esportivos e também creches e escolas maternais para os filhos dos operários. O fato dos filhos das operárias estarem sendo atendidos em creches, escolas maternais e jardins de infância, montadas pelas fábricas, passou a ser reconhecido por alguns empresários como vantajoso, pois mais satisfeitas, as mães operárias produziam melhor. (Oliveira, 1992, p. 18).

Os movimentos feministas nessa época também foram importantes para as abdições e mudança das definições das creches, pois essas feministas defendiam que independente da classe social ou as condições econômicas, essas creches e pré-escolas deveriam atender a todas as mulheres. Isso gerou um aumento dessas instituições mantidas pelo poder público (Paschoal; Machado, 2009).

As creches e pré-escolas foram se consolidando com instituições importantes para o cuidado e a educação da primeira infância. No entanto, essas instituições ganharam diferentes propostas e ambientes de desenvolvimento para crianças de distintas classes sociais, gerando um cenário de desigualdade.

Geralmente quando direcionadas às classes menos favorecidas, “o atendimento à criança pequena fora do lar possibilitaria a superação das precárias condições sociais a que ela estava sujeita” (Paschoal; Machado, 2009, p. 84), adotando assim uma abordagem compensatória. Pretendia assim, culpar as famílias pela suposta “deficiência” de seus filhos, ignorando a influência das desigualdades sociais nas condições de vida precária dessas famílias. Essa abordagem, inspirada em teorias defendidas nos Estados Unidos na década de sessenta, parte do princípio de que as crianças pobres apresentavam deficiência e carências que precisariam ser superadas apenas por meio da educação (Paschoal; Machado, 2009). Uma característica presente nessa abordagem era a desvalorização frequente da cultura e dos saberes das crianças de classes populares, em favor de uma pedagogia padronizada e homogênea (Paschoal; Machado, 2009).

Em contrapartida, as instituições privadas, frequentadas pelas crianças da elite da sociedade, já se dedicavam a uma abordagem pedagógica focada em uma educação que destacava a criatividade, a sociabilidade infantil e a preparação para o ensino regular. Nesses ambientes havia um maior investimento, tanto na infraestrutura, quanto nos materiais pedagógicos, tornando-os mais ricos e estimulantes para as crianças, além de ter a valorização da individualidade da criança, exploração assim, de diferentes áreas do desenvolvimento

infantil (Paschoal; Machado, 2009). Com isso, observa-se que crianças de diferentes classes sociais eram expostas a ambientes de desenvolvimento distintos.

Para que essa disparidade não ocorresse nas instituições, começaram a surgir no Brasil, legislações a fim de garantir e proteger o direito de uma educação igualitária, bem como a qualidade dos serviços educacionais.

2.1.1 Legislação brasileira sobre a Educação Infantil

O reconhecimento legal da criança como cidadão brasileiro e a garantia de educação de qualidade só se inicia através da Constituição de 1988, do Art. 208 que confirma “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: [...] IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade” (Brasil, 1988). Assim, as creches vinculadas à área assistencialista passaram a ser responsabilidade do setor da educação que além de cuidar, deveriam garantir o desenvolvimento educacional. (Paschoal; Machado, 2009). Na constituição ainda segue, para firmar a garantia do direito da criança, que

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010) (BRASIL, 1988).

No entanto, embora a Lei de Diretrizes e Base (LDB - LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996) já estabelecesse alguma organização a educação no Brasil, mas apenas em 2013 através da Lei nº 12.796, que a Educação Infantil passa efetivamente a ser obrigatória na Educação Básica como pré-escola para crianças de 4 à 5 anos. O Art. 4 continua dizendo que o dever do Estado em relação à educação escolar pública será cumprido por meio da garantia de: “[...] II - educação infantil gratuita às crianças de até 5 (cinco) anos de idade” (BRASIL, 1996), cabendo portanto ao Estado, oferecer vagas suficientes, mas decisão e matricular a criança nessa faixa etária ainda é da família.

Além desses documentos, o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998) produzido pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), vem para contribuir com o avanço da educação das crianças brasileiras. Tendo como intuito “contribuir com as políticas

e programas de educação infantil, socializando informações, discussões e pesquisas, subsidiando o trabalho educativo de técnicos, professores e demais profissionais da educação infantil e apoiando os sistemas de ensino estaduais e municipais.” (RCNEI, 1998).

Sendo de extrema importância ressaltar o documento mais recentemente, que para garantir o direito das crianças no Brasil, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018), que traz os seguintes direitos básicos para o desenvolvimento das crianças no contexto da Educação Básica:

Conviver com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas.;

Brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais;

Participar ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola e das atividades propostas pelo educador quanto da realização das atividades da vida cotidiana, tais como a escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo diferentes linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando;

Explorar movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando seus saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades: as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia.

Expressar, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens.

Conhecer-se e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário (BNCC, 2018).

Os documentos orientadores da Educação Infantil e as ações tomadas ao longo dos anos para sua implementação, demonstram o reconhecimento da importância dessa etapa para o desenvolvimento integral da criança. No entanto, ainda há desafios a serem superados para que todas as crianças tenham acesso a uma educação infantil de qualidade e que contribua integralmente para a construção de uma sociedade mais igualitária.

2.1.2 Educação Física na Educação Infantil

As primeiras discussões sobre a Educação Física, inicialmente conhecida como ginástica, na Educação Infantil datam do século XIX, onde começa a se evidenciar a importância do movimento para o desenvolvimento das crianças (Mariano, 2010).

Ela passou a ser obrigatória pela Lei de Diretrizes e Base trazida da seguinte forma no parágrafo 3º, Art. 26: “A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular da Educação Básica, ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar, sendo facultativa nos cursos noturnos.” (Brasil, 1969). No entanto, nesse período, isso não se enquadra para a Educação Infantil, sendo exigida apenas para o ensino fundamental e médio. Ela passa a ser obrigatória nessa etapa da educação apenas em 2013, a partir da Lei nº 12.796.

A Educação Física não depende apenas das leis para se consolidar, sendo necessário a implementação de políticas públicas e ações governamentais para que esses direitos sejam garantidos efetivamente (Ayoub, 2001). Além disso, há um embate no que diz respeito à organização curricular das instituições, pois as legislações não especificam quem deve ministrar essas aulas na Educação Infantil, se um professor especialista em Educação Física ou o professor generalista da turma (Ayoub, 2001).

A Educação Infantil, de acordo com Kramer (1986, p. 79) tem um papel social importante de “valorizar os conhecimentos que as crianças possuem e garantir a aquisição de novos conhecimentos”. A Educação Física atua como um importante papel para possibilitar que as crianças explorem e expressem sua linguagem corporal, e é na infância que vemos uma fase de grandes descobertas das crianças, onde se estabelece essas bases para o desenvolvimento físico, cognitivo, social, emocional e moral.

A perspectiva histórico-cultural de Vygotsky, apresentada por Rego (1995), traz a ideia de que as características habituais dos humanos não estão presentes desde seu nascimento e sim são uma interação dialética do mesmo com o seu meio sócio-cultural. E quando o indivíduo modifica esse ambiente por meio de seus comportamentos, isso influencia também seus comportamentos futuros. A cultura entra, de acordo com essa perspectiva, como “parte constitutiva da natureza humana, já que suas características psicológicas se dão através da internalização dos modos historicamente determinados e culturalmente organizados de operar com informações” (Rego, 1995, p. 42). Porém, a cultura não é pensada para Vygotsky como

algo estático, algo imutável, mas sim como algo que está em constante recriação e reinterpretação de diversos fatores como: informações, conceitos e significados.

Pensando no desenvolvimento das crianças, a perspectiva histórico-cultural de Vygotsky faz uma crítica aos estudos que entendem o desenvolvimento infantil como algo que depende primeiramente do processo de maturação biológica e de que a criança já tem os estágios do futuro desenvolvimento intelectual existentes (Rego, 1995). Indo contra essa visão, ele defende que o desenvolvimento depende da interação do ser humano com o meio físico e social e que apenas as características fisiológicas não são capazes de moldar e formar indivíduos. (Rego, 1995).

Por tanto, Rego conclui que “o desenvolvimento está intimamente relacionado ao contexto sócio-cultural em que a pessoa se insere e se processa de forma dinâmica (e dialética) através de rupturas e desequilíbrios provocadores de contínuas reorganizações por parte do indivíduo.” (Rego, 1995, p. 58). Com isso, é possível compreender o desenvolvimento da criança como um processo sempre ligado à cultura, pois o olhar não está somente no indivíduo, mas sim em suas relações com a cultura e a sociedade em que está inserido.

De acordo com o Coletivo de Autores, no livro chamado Metodologia do Ensino da Educação Física e publicado em 1992, que traz a perspectiva da cultura corporal, a Educação Física tem como característica:

[...] desenvolver uma reflexão pedagógica sobre o acervo de formas de representação do mundo que o homem tem produzido no decorrer da história, exteriorizadas pela expressão corporal: jogos, danças, lutas, exercícios ginásticos, esporte, malabarismo, contorcionismo, mímica e outros, que podem ser identificados como formas de representação simbólica de realidades vividas pelo homem, historicamente criadas e culturalmente desenvolvidas (p. 26).

Portanto, entendemos a escola como uma instituição inserida em um contexto social, e essas atividades corporais são representações desses conhecimentos socialmente produzidos historicamente, e a compreensão de que essas atividades são históricas por parte dos alunos, deve instigá-los a serem produtores de outras possíveis atividades corporais (Coletivo de autores, 1992).

Baseados nessa perspectiva, Campos e Francischini (2003) trazem que:

O processo de desenvolvimento consiste na internalização de regras, valores, modos de pensar e de agir ocorrentes nas interações sociais do cotidiano dos sujeitos, nas práticas sociais e discursivas que permeiam as instituições sociais (família, escola, igreja, trabalho...) e os meios de comunicação. (p. 120).

É por meio dos espaços educacionais que as crianças passam a ter oportunidade de conviver com realidades e condições de vida diferentes da sua, possibilitando uma vivência com a diversidade, exigindo então um constante diálogo e tolerância entre todos os envolvidos. Quando se fala de conviver com a diversidade, é nas aulas de Educação Física que esses aspectos ficam mais visíveis. São reproduzidos e reforçados, principalmente a desigualdade de gênero presente na nossa sociedade, conseqüentemente, perpetuando esses estereótipos e limitando as oportunidades de desenvolvimento desde a infância (Cruz; Palmeiras, 2009).

Vinculado aos aspectos biológicos, essa diferenciação entre meninos e meninas se dá principalmente com base do argumento em relação ao pelo desempenho motor, “o que os torna naturais e imutáveis, o que por sua vez, desencadeia numa diferença acentuada de experiências vividas por meninos e meninas” (Cruz; Palmeiras, 2009, p. 130). Mas, para além disso, é ainda fortemente afetado também pelos aspectos culturais em que a criança está inserida, sendo assim refletida de diferentes modos durante as aulas.

Com base em que a Educação Física historicamente ajudou a masculinizar o esporte, em contrapartida à feminilização de atividades mais voltadas ao rítmico-expressivo (Saraiva, 2002), e que as instituições escolares podem ser um meio para a desconstrução de conceitos construídos em outros espaços (Oriani, 2015), os estudos sobre gênero juntamente relacionados às práticas pedagógicas devem ser discutidos para mudança do cenário atual da Educação Física. Sendo assim, importante entender que apesar de ser um local necessário para mudanças coletivas, atores sociais presentes nas escolas também são carregados de elementos e significados presentes na sociedade.

2.2 PAPEL DO PROFESSOR NA EDUCAÇÃO FÍSICA

A Educação Infantil tem um importante papel no desenvolvimento de várias áreas na vida das crianças, e esse desenvolvimento está principalmente ligado à ampliação de suas experiências individuais ao adentrarem em ambientes diferentes dos da família (Basei, 2008). Com isso, a Educação Física entra como um aliado de extrema importância para a valorização das experiências trazidas pelas crianças, pois seu aprendizado não pode ser separado do contexto social e cultural, teoria defendida por autores como Vygotsky (Apud Rego, 1995), Kramer (1995) e Coletivo de Autores (1992).

O professor de Educação Física entra, portanto, como um mediador para que as ações realizadas dentro das creches tenham um direcionamento adequado para assim contribuir de forma positiva para o desenvolvimento integral da criança. Por meio dessas ações dos professores, as crianças passam a entender que precisam “aprender a conviver com outras crianças, socializando, dividindo e aprendendo a elaborar sua percepção de espaço e a do outro, deixando de lado um pouco do egocentrismo, ou, aprendendo a conviver com ele” (D’Avila, 2016, 22-23 p.). Além disso, é por meio dessa interação que as crianças passam a entender e valorizar o próprio corpo, a expressar seus sentimentos e a desenvolver capacidades intelectuais e efetivas na resolução de problemas que venham a surgir. (Basei, 2008).

A criança brinca de forma lúdica, explorando seu lado infantil e é assim que ela consegue estabelecer conexões com o outro e com o mundo ao seu redor. A partir disso, o professor de Educação Infantil precisa entender os interesses de seus alunos e aí sim desenvolver aspectos motores e cognitivos, mas sem deixar de lado os aspectos afetivos e sociais que são fundamentais para o desenvolvimento da criança (Basei, 2008). A prática pedagógica para fazer sentido para as crianças, precisa pensar em suas particularidades e no desenvolvimento de suas potencialidades e assim oportunizar a experiência de diferentes expressões corporais, que muitas vezes são realizadas apenas no ambiente escolar (Basei, 2008).

A Educação Física como Componente Curricular obrigatório na Educação Infantil traz muitos avanços para o desenvolvimento e aprendizagem da criança, principalmente no que diz respeito à cultura corporal. Elementos relacionados às experiências trazidas por elas para dentro do ambiente escolar são um ponto de partida do professor para uma boa prática pedagógica que respeite a cultura das crianças.

Sendo assim, o professor de Educação Física tem a oportunidade de oferecer uma variedade de experiências essenciais para o desenvolvimento integral da criança (afetivo, cognitivo, emocional e social), promovendo situações onde as crianças possam criar e ressignificar, explorar movimentos e também refletir sobre seus corpos.

2.3 GÊNERO NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DA EDUCAÇÃO FÍSICA

Encontramos no cotidiano das aulas de Educação Física, momentos em que as práticas corporais de meninos e meninas resultam em representações sociais diferenciadas entre eles (Saraiva, 2002). Essas representações normalmente aparecem nas práticas “permeadas de preconceitos e imagens estereotipadas sobre o que e para quem são possíveis” (Saraiva, 2002, p. 1), pois estão fortemente impregnados por um padrão orientado por normas e representações sociais, e na Educação Física ela vem diretamente da visão que funde a disciplina com os aspectos fisiológicos como o bom desempenho, força, velocidade, etc., usada por muito tempo como justificativa para separação do que é para meninos e o que é para meninas. (Mariano, 2010).

O termo gênero vêm sendo recorrente em pesquisas relacionadas a Educação Física (Mariano, 2010; Saraiva, 2002; Cruz e Palmeira, 2009; Vieira e Altmann, 2016) com o intuito de reconhecer a importância dos conhecimentos atrelados a Educação Física, como as brincadeiras que culturalmente apresenta também uma divisão entre meninos e meninas, mas que precisam ser trabalhadas e dialogadas entre aluno e professores, para que todos consigam se sentir pertencentes e capazes de exercer tais práticas corporais nas aulas.

Porém, a primeira aparição desse termo foi através do biólogo estadunidense John Money em 1955, que distingue sexo biológico apenas pelas características físicas e fisiológicas, enquanto gênero é definido pelas características sociais e culturais relacionadas ao ser homem ou mulher (Cruz e Palmeira, 2009).

A partir disso, entendemos que a mulher, ao longo do tempo, vem desempenhando um papel inferior ao homem perante a sociedade, Judith Butler (2018) baseada nas teorias feministas, trás “que o sentido da existência social das mulheres pode ser derivado de algum fato de suas fisiologia” (p. 3-4), ou seja, a noção de que os papéis e comportamentos femininos são pré-definidos pela biologia. Com isso, as teorias feministas abrem o caminho para a compreensão de que os significados sociais atribuídos às experiências das mulheres, são moldados a partir de fatores históricos, culturais e políticos, em contraposição à determinação biológica (Butler, 2018).

Simone de Beauvoir, citada no caderno de leituras de Judith Butler (2018), lança um olhar crítico sobre a construção social do gênero e a noção de que a “mulher” não é uma essência fixa e natural. A partir da compreensão de Butler (2018, p. 5) do livro “O segundo

sexo” de Simone de Beauvoir de 1970, a mulher não é uma mera comprovação biológica, mas sim um processo que se constrói ao longo da vida. Sendo isso por meio de ações, comportamentos e aparências, que assim reforçam essa noção cultural de mulher perante a sociedade (Butler, 2018, p. 5).

Assim, há essa distinção de gênero presente no desenvolvimento e que ela faz parte da “humanização” dos indivíduos dentro da cultura contemporânea, porém essa distinção pode ser transmitida de forma opressiva para aqueles que não se encaixam nas categorias binárias de “homem” e “mulher”, gerando uma marginalização e isolamento social (Butler, 2018).

Seguindo a mesma linha sobre gênero e por ele expressar os símbolos culturalmente disponíveis na sociedade, Prado, Altmann e Ribeiro (2016) enfatiza que

Esses referentes simbólicos traduzem os comportamentos esperados e aceitos para homens e mulheres na esfera cultural e, quase sempre, são transmitidos como aspectos “naturais” do comportamento humano por diversas instituições, como igreja, mídia, escola e família, entre outras. Com isso, ao sermos inseridos no mundo, passaríamos por um processo de condicionamento de forma a nos tornar capazes de interpretar, valorizar, incorporar e reproduzir esses símbolos no desenvolvimento de nossas relações intra e interpessoais (Prado; Altmann; Ribeiro, p. 60, 2016).

A escola, por tanto, passa a ser um local capaz de “disseminar valores morais, produzir normas e costumes que têm por objetivo a formação de indivíduos, meninas e meninos, agindo muitas vezes como produtoras das representações de gênero hegemônica que foram socialmente naturalizadas” (Pereira; Oliveira, 2016, p. 277). Sabendo então que a ideia de gênero se dá na sociedade por meio da cultura e que se traduz através de comportamentos esperados vemos que se faz necessário repensar o significado da Educação Física dentro das escolas indo além de um ensino predominantemente técnico (Prado; Altmann; Ribeiro, 2016), para um local que garanta a construção de novos modos de sociabilidade (Pereira; Oliveira, 2016)

Conforme a autora Oriani (2015), “Práticas sexistas na educação e socialização de crianças pequenas contribuem para que a ordem de poder existente em nossa sociedade seja reproduzida e perpetuada ao longo do tempo” (p.35). Essas práticas aparecem nas aulas de Educação Física por conta de divisão nas atividades, formação de filas e em escolhas de brinquedos.

A autora continua dizendo que:

As práticas sexistas na sociedade brasileira são vistas como resultado de uma formação histórica e cultural pautada em uma sociedade patriarcal e machista. Por essa razão, tais práticas são concebidas como naturais pela maior parte das pessoas. Neste modelo de sociedade há uma definição clara dos papéis e responsabilidades que cabem ao homem e à mulher (Oriani, 2015, p, 35).

A Educação Infantil é um momento da vida da criança onde deve-se incentivar a autonomia das suas escolhas, o que contribui fortemente para a construção de sua identidade (Oriani, 2015). Para que isso ocorra, Oriani trás que a criança “necessita ter a liberdade de escolher que papéis sexuais e identidades de gênero ela quer para si” (p. 19), mas que as práticas pedagógicas presentes nas escolas estão mais voltadas para vigiar essas escolhas e podá-las de acordo com os padrões heteronormativos aceitos pela sociedade (Oriani, 2015).

A autora Louro (2003) questiona a naturalização de certas práticas na educação e na sociedade, como a separação de meninos e meninas em filas, a diferenciação dos brinquedos por sexo e a expectativa de desempenho. E continua dizendo que a escola produz isso de uma forma muito sutil, limitando espaços, “servindo-se de símbolos e códigos, ela afirma o que cada um pode (ou não pode) fazer, ela separa e institui.” (Louro, 2003, p. 58).

A maneira como o tempo e o espaço são distribuídos e usados na escola, não são iguais à todos, para Louro (2003) “os sentidos precisam estar afiados para que sejamos capazes de ver, ouvir, sentir as múltiplas formas de constituição dos sujeitos implicadas na concepção, na organização e no fazer cotidiano escolar.” (p. 59). Essa observação crítica do que é visto como natural é importante para que se entenda tais práticas como nocivas e limitantes nas escolhas e aprendizado das crianças, no que diz respeito à sua construção de identidade (Oriani, 2015) e no seu desenvolvimento moral, ético e emocional.

É um desafio transformar a Educação Física em um espaço de desconstrução de gênero e problematização de outras representações sociais que permeiam o corpo, como a sexualidade, raça, etnia, estética e a saúde (Prado; Altmann; Ribeiro, 2016). Porém, é por meio dela que professores podem utilizar estratégias nas suas práticas pedagógicas a fim de problematizar as questões de gênero que aparecem no cotidiano escolar.

3 METODOLOGIA

3.1 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO

O presente estudo possui uma abordagem qualitativa e objetivo descritivo, pois busca compreender o contexto real em que o sujeito está inserido, permitindo assim uma compreensão mais profunda da realidade social, além de entender-se que o aspecto subjetivo é um ponto principal para uma compreensão mais aprofundada de estruturas e organizações sociais (Sampaio, 2022), para Silva e Menezes (2005), o processo e seus significados são os focos dessa abordagem.

Por fim, o estudo apresenta foco na identificação e resolução de problemas relacionados a desigualdade e perpetuação dos papéis de gênero nas aulas de Educação Física na Educação Infantil, assim sendo caracterizado como de natureza aplicada pois tem como principal objetivo sintetizar através da visão de professores, os problemas presentes no contexto escolar e buscar identificar soluções por meio dos resultados, a fim de ser utilizados como orientação para as futuras práticas pedagógicas. (Fleury e Werlang, 2017).

3.2 PARTICIPANTES DO ESTUDO

Os participantes do estudo foram três professores de Educação Física atuantes na Educação Infantil na Rede Municipal de Educação de Florianópolis, escolhidos de forma intencional. Foram adotados os seguintes critérios: a) ter cargo docente efetivo na Rede Municipal de Florianópolis; b) possuir experiência como professor de Educação Física na Educação Infantil de no mínimo 3 anos; e c) aceitar os termos da pesquisa.

Foi utilizado como critério de no mínimo 3 anos de docência na Educação Infantil pois garantiu que os participantes selecionados para o estudo possuiriam uma familiaridade com o ambiente escolar e com as particularidades do ensino da Educação Infantil, bem como uma vivência prática acumulada no contexto de suas aulas, o que ocasionou em uma discussão rica sobre a igualdade de gênero e as discussões sobre a importância da Educação Infantil na construção da identidade das crianças.

3.3 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com perguntas abertas como instrumento principal, assim, possibilitou ao entrevistador aprofundar

ou redirecionar a conversa conforme necessário sobre o tema em questão, sem limitar-se às questões previamente formuladas.

De acordo com Minayo (2014, p. 262), é por meio das entrevistas que se obtém “informações que tratam da reflexão do próprio sujeito sobre a realidade que vivencia” e continua dizendo que essas informações

constituem uma representação da realidade: idéias, crenças, maneira de pensar, opiniões, sentimentos, maneiras de sentir; maneiras de atuar; condutas; projeções para o futuro; razões conscientes ou inconscientes de determinadas atitudes e comportamentos. (Minayo, p. 262, 2014)

A entrevista semiestruturada ([Apêndice A](#)) foi elaborada pela própria pesquisadora, conforme os objetivos da pesquisa e dividida em duas partes, onde a I diz respeito aos dados de identificação do entrevistado e a II parte é composta por 10 perguntas abertas. A entrevista deu por obedecer um roteiro já pré estabelecido pois para Minayo (2014) facilita e assegura ao investigador que “suas hipóteses ou seus pressupostos serão cobertos na conversa”.

3.4 ASPECTOS ÉTICOS

. O projeto foi submetido e aceito pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPESH) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) via plataforma Brasil, pelo nº 7.231.856. Os participantes entrevistados assinaram devidamente o TCLE (Termo de Consentimento de Livre e Esclarecido) ([Anexo A](#)) com todas as informações e esclarecimentos necessários aos envolvidos como: os objetivos e descrição do estudo, riscos e desconfortos, benefícios, garantia de informações, divulgação dos resultados, ressarcimentos e compensações financeiras. Importante afirmar que foi esclarecido que o participante poderia, a qualquer momento, desistir da pesquisa.

3.5 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

Foram convidados a participar da pesquisa três professores de Educação Física de três Núcleos de Educação Infantil distintos da Rede Municipal de Florianópolis que atenderam aos critérios estabelecidos. As entrevistas foram marcadas no dia, horário e local marcado previamente, sendo realizada de forma presencial ou *on-line*, de acordo com a disponibilidade dos docentes. Tiveram duração entre quarenta a sessenta minutos e ocorreram nos últimos dois meses do ano de 2024. Ressaltando que os nomes dos professores não aparecerão no decorrer da discussão, para que suas identidades sejam preservadas. Portanto, para melhor entendimento e organização, será utilizado P1, P2 e P3.

3.6 ANÁLISE DE DADOS

O método para análise de dados foi o de Bardin (1977) que é uma técnica de Análise de Conteúdo que é definida como “conjunto de técnicas de análise das comunicações” (Bardin, 1977, p. 1977). Essa análise de conteúdo se organiza em três fases: pré-análise, exploração do material e o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

No primeiro momento há uma organização dos dados coletados bem como “a formulação de hipóteses e dos objetivos e a elaboração de indicadores que fundamentam a interpretação final” (Bardin, 1977, p. 95). A segunda parte será baseada na codificação desses materiais organizados a fim de identificar padrões, ou seja, agrupamento dos dados de acordo com as falas e frequência durante as entrevistas. E por fim, haverá uma exploração desses dados e serão tratados de maneira significativa, buscando relevância para discussão e relacionando com as hipóteses da pesquisa (Bardin, 1977).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Apresento, a seguir, no Quadro 1 algumas informações sobre os participantes da pesquisa, em que foi dividido por ano de conclusão da graduação em Educação Física e tempo de docência na Educação Infantil.

Quadro 1. Informações sobre os professores participantes da pesquisa

PARTICIPANTE	ANO DE CONCLUSÃO DA GRADUAÇÃO	TEMPO DE DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL
P1	2013	5 anos
P2	2000	24 anos
P3	2005	18 anos

Legenda: P1 = Professor 1 / P2= Professor 2 / P3= Professor 3

Fonte: autor, 2024.

Quanto ao perfil dos/as professores/as entrevistados/as, todos concluíram sua graduação na Universidade Federal de Santa Catarina e estão atuando há pelo menos um ano nos Núcleos de Educação Infantil Municipal (NEIM) de Florianópolis e mais de 4 anos trabalhando com a Educação Infantil.

Os dados foram analisados e detalhados a partir dos objetivos da pesquisa: apresentar as influências socioculturais que contribuem para a representação de gênero, investigar as

percepções de professores sobre a relação de papéis de gênero na Educação Infantil e analisar como o preconceito e os conflitos relacionados às diferenças de habilidades entre meninos e meninas, impostas pela sociedade, impactam o desenvolvimento de aulas e atividades escolares. As questões relatadas pelos professores durante a entrevista geraram um material significativo, porém com base no objetivo central desta pesquisa, algumas falas não foram incorporadas ao documento, dando prioridade às relevantes relacionadas ao tema.

Assim, as análises foram estruturadas em três dimensões fundamentais, previstas a seguir:

- Manifestações de gênero nas aulas de Educação Física na Educação Infantil;
- Papéis de gênero na Educação Infantil: Percepção dos professores da Educação Física;
- Aulas de Educação Física: Influências Socioculturais, Percepções e Conflitos.

4.1 MANIFESTAÇÕES DE GÊNERO NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A Educação Infantil é um ambiente rico para a interação social das crianças, onde elas podem explorar seus movimentos corporais e suas emoções. Com a Educação Física, esse espaço se configura como um local onde se possa brincar utilizando a linguagem corporal, o que permite que sejam criadas situações onde a criança entre em contato com diferentes manifestações da cultura corporal (Ayoub, 2001).

Quando inseridos em um contexto social, de acordo com Prado, Altmann e Ribeiro (2016) passamos “por um processo de condicionamento de forma a nos tornar capazes de interpretar, valorizar, incorporar e reproduzir esses símbolos no desenvolvimento de nossas relações intra e interpessoais.” (p. 60). Símbolos esses que traduzem os comportamentos esperados e/ou aceitos para homens e mulheres, e que são em sua maioria transmitidos como uma forma natural do comportamento humano por várias esferas, marcados principalmente pelas questões biológicas distintas (Prado; Altmann; Ribeiro, 2016).

O P3 compartilhou durante a entrevista que é comum as crianças de sua turma expressarem falas como “Isso é brinquedo de menino e isso daqui é brinquedo de menina.” (P3, 2024) quando são apresentados brinquedos como bonecas ou carrinhos. Entende-se com isso que brinquedos podem ser um grande exemplo de como essas noções e valores

pré-estabelecidos para meninos e meninas culturalmente são apresentadas desde cedo pelas crianças (Mariano, 2010). A forma que esses brinquedos são produzidos, por meio de suas embalagens e cores, influencia diretamente para que público alvo aquele produto será destinado. Por exemplo, os carrinhos destinados às meninas são representados com flores e cores mais alegres, elementos esses que refletem as características femininas esperadas socialmente por elas, como doçura, delicadeza, bondade, etc. Enquanto nos carrinhos destinados aos meninos, são cores mais vibrantes, elementos mais fortes que passam a sensação de poder e coragem (Teixeira, 2001 apud Mariano, 2010).

A autora ainda conclui que:

A aparente inocência do brinquedo contribui para (re)produção de identidades sociais, ensinando as crianças sobre os modos de ser homem ou mulher, e seguem construindo um discurso que determina um comportamento, uma forma de ser, naturalizando assim, atributos já instituídos, e “quase” universais na determinação do feminino, masculino, homem e mulher. (Teixeira, 2001, p. 3 apud Mariano, 2010).

Com isso, diante da fala da P2 onde diz: “só você olhar pra uma sala de G5, por exemplo, e você passar um olhar rápido sobre as mochilas, assim... Você vai conseguir identificar, teoricamente, o que seria de menino e o que seria de menina.” (P2, 2024), podemos observar que essas manifestações não são somente percebidas nos brinquedos, mas estão também expressas nas roupas, cadernos, mochilas e outros acessórios.

Essas demarcações sociais são disseminadas tanto pela família quanto pela comunidade social como um todo, criando assim “padrões comportamentais distintos de masculinidade e feminilidade que se inscrevem nos corpos e incidem nos modos de ser de cada indivíduo.” (Pereira; Oliveira, 2016). Quando chega situações como a seguir, citada pelo P1:

“Um dos meninos veio para pintar a unha, e não queria deixar ninguém mais passar, porque era a vez dele pintar. Qual o problema? A gente tem uma folha que os pais autorizam fazer brincadeiras que vai pintar, maquiagem... E o pai dele, em específico, não autorizou.” (2024).

Nos permite entender que as expectativas e valores transmitidos pelas próprias famílias dos alunos acabam por limitar a interação da criança com as atividades propostas pelos professores, quando não atendem a expectativa do padrão cultural do que é certo para meninos e meninas. Outra fala que nos mostra o desafio dos professores em promover um ambiente livre para as crianças explorarem suas preferências e expressões foi compartilhada pelo P2:

“Foi um dia que tinha cabelo diferente, um dia de fantasia. E aí, quando ele chegou, eu perguntei para o pai: “a gente pode pintar o cabelo?”. Porque, às vezes, a gente

pergunta para a família se pode e tal. E aí, na hora, o pai me respondeu: “Pode, desde que seja uma cor de menino.”” (2024).

Os professores que manifestaram esses tipos de situações durante as suas vivências com a Educação Infantil enfatizaram que não são a maioria das famílias, mas nas que acontecem o posicionamento sobre as questões de gênero pré-definidas socialmente são bem fortes.

P3 comenta sobre uma situação onde os meninos de sua turma comentavam que eram melhores que as meninas no futebol, e entrou questionando-os dizendo: “quantas horas de futebol vocês jogam?, quantos dias vocês jogam?, quantas meninas são oportunizadas de jogar, né?” (P3, 2024). A autora Mariano (2010), em seu estudo de caso questiona esse posicionamento dizendo que “nossa cultura tradicionalmente proporciona aos meninos mais oportunidades de explorar suas habilidades físicas de maneira global”, e também pode observar esse tipo de comportamento em suas observações e dá o exemplo de que “a sociedade permite que o menino vá “lá na rua brincar”, enquanto que “a menina não pode se sujar, não pode ir na rua brincar”, ela “fica em casa quietinha”” (p. 90).

Esse tipo de manifestação contra a liberdade de expressão e escolha da criança acaba por impactar na interação, na liberdade e igualdade entre as crianças. A autora Mariano (2010) enfatiza isso dizendo que “a liberdade oferecida ao corpo, pensando desde as vestimentas que cabem a um e outro gênero, aos papéis sociais e sexuais e à influência da mídia estimulam a vivência de grande quantidade de situações que permitem desenvolver e conhecer o próprio corpo” (p. 90).

O professor entra utilizando de sua prática pedagógica como ferramenta para transformar, ressignificar e problematizar experiências e situações vividas pelas crianças, para que seu desenvolvimento seja livre de preconceitos e aberto à escolhas (Mariano, 2010). E para que isso aconteça, é importante que os professores estejam atentos em como essas manifestações de gênero aparecem em suas aulas e como podem agir diante a tais situações. Visto isso, é oportuno discutir essas percepções dos professores sobre gênero e desigualdade de gênero.

4.2 PAPÉIS DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: PERCEPÇÕES DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA.

Antes mesmo das crianças se reconhecerem como crianças, elas aprendem a serem meninos ou meninas, por conta da estruturação cultural e social que existe para diferenciação entre os sexos (Conceição, 2019). Ao brincar com o outro, as crianças experimentam papéis

impostos pela cultura do que é adequado para diferentes sexos biológicos, por meio do contato com objetos e pessoas que acabam por limitar espaços e oportunidades.

Em sua discussão sobre a importância da investigação do gênero na área da Educação Física, Maria do Carmo Saraiva (2002) explica sobre essa limitação que o desenvolvimento de culturas diferenciadas para cada sexo trás, dizendo que

“práticas permeadas de preconceitos e imagens estereotipadas sobre o que e para quem são possíveis, porque em nossa sociedade a corporeidade e o movimento são extremamente impregnados por uma padronização que é orientada em normas de conduta e representações sociais.” (2002, p. 1).

E continua dizendo que principalmente na Educação Física, “a relação entre essa prática e o processo cultural se manifesta “podando” possibilidades de processos educativos” (Saraiva, 2002, p. 1). Partindo disso e entendendo que a Educação Física baseia seus conteúdos por meio da cultura corporal, compreendendo que essas práticas são permeadas por significados e vão além do movimento em si (Coletivo de Autores, 1992), ela pode auxiliar juntamente com a Educação “na construção de reinterpretação do corpo, do brincar e da cultura corporal da criança na Educação Infantil” (Vieira; Altmann, 2016, p. 145)

Diante disso, torna-se importante para a discussão, analisar como os professores de Educação Física entrevistados percebem as influências dos papéis de gênero nas suas aulas e como isso impacta suas práticas pedagógicas. Considerando que desde cedo a escola é um espaço normalizador de condutas e padrões que intervêm na construção da identidade das crianças (Vieira; Altmann, 2016), mas que também é um ambiente que promove o diálogo e o encontro com as diferenças.

Ao questionar o P3 sobre o surgimento dos papéis de gênero por parte das crianças nas suas aulas, ele trás que “esses conceitos que já estão formados e às vezes como pré-conceito, são muito marcados na vida dos adultos” (P3, 2024), e diz que é perceptível quando aparecem por influência da família, e que infelizmente os professores podem acabar por reforçar essas questões dentro das escolas com falas exemplificadas pelo próprio entrevistado como: “Ah, por que tu não corta esse cabelo?” (P3, 2024) direcionadas a um menino, reforçando a ideia de que cabelo longo é só para meninas.

P3 trás um exemplo sobre um aluno em específico que vinha com falas mais adultizadas, principalmente em relação às meninas e a professora, no sentido de

menosprezá-las. Ele trás uma situação onde estavam trabalhando com a temática Olimpíadas e explica a dinâmica desse aluno na aula:

“A gente estava falando da Rebeca Andrade e tal, e mostramos uns vídeos para as crianças, e ele dizia “Ah, eu sou bem melhor que ela”, e ele sempre se coloca no papel de ser melhor, e aí às vezes... até hoje a gente estava brincando com Lira, aquela Lira acrobática, que é um bambolê, e aí ele não quis ir... Da outra vez ele também não quis ir porque ele não quer mostrar que ele não é o melhor né? E essas questões vêm um pouco de casa, e a gente percebe que reflete, e reflete dos dois lados né? Porque primeiro ele está menosprezando o feminino, e segundo ele está colocando para ele uma barreira de imbatível, que para ele é tóxica também, porque ele acha que ele nunca vai poder se mostrar como ele realmente é, porque se ele não for melhor também isso é ruim...” (P3, 2024).

O mesmo entrevistado fala um pouco sobre a importância de trabalhar essas temáticas dentro da Educação Infantil

“Trabalhar isso na educação infantil é, primeiro, fazer as crianças perceberem que elas podem ser o que elas desejam ser, e aí, sem uma demarcação de um rótulo que vai aprisionar. Até pela questão da tolerância... Não diria nem que não é tolerância, porque a gente não tem que tolerar, a gente tem que respeitar o outro, na escolha do outro. Então, se eu não concordo com a escolha do outro, mas eu respeito a escolha do outro.” (P3, 2024).

Esse foi um dos aspectos levantado pela P2, da necessidade de respeitar as formas de expressão das crianças, reconhecendo que é na Educação Infantil que elas rompem esses estereótipos de gênero culturalmente impregnados na nossa sociedade. O professor destacou como lida com essas situações em sua prática

“É bem comum, por exemplo, algumas crianças... alguns meninos quererem vestir, colocar um vestido, por exemplo. Na minha prática, isso é bastante comum. Então, a partir do momento que a gente respeita também a forma como eles se expressam e permita que eles façam essas escolhas, seja de menino usar vestido ou de menina usar roupa de super-herói, eu acho que é respeitar as escolhas que eles fazem e trazer livros, trazer histórias que possam também estar tematizando essas questões.” (P2, 2024).

Isso demonstra a importância da atuação dos professores em tornar o ambiente escolar em um local seguro e que permita às crianças se expressem de forma livre, assim sendo um “fator de grande potencial para transformar e ressignificar as experiências e relações vivenciadas pelas crianças de forma que estas sejam não sexistas e livres de preconceitos” (Vieira; Altmann, 2016, p. 150).

Para sustentar a ideia de que as crianças reproduzem o que elas observam e vivenciam, o P3 descreve um episódio vivido em uma atividade escolar com foco no Maracatu, uma manifestação afro-brasileira, tradicional de Pernambuco. Essa manifestação cultural tem raízes distantes no coroamento dos “reis de congo”, e são relacionadas tanto com a religião católica, pois as coroações dos negros eram feitas nas igrejas, tanto com a religião dos orixás (Sandroni, 2011). Em seu relato, o P3 diz sobre o aluno em questão que

“Quando a gente fez o Maracatu, aí ele quis fazer... quis ser a Baiana, e a gente ia fazer um cortejo na rua, e a minha questão era fazer na rua, no público, né? E também a família é do Candomblé, então talvez a roupa que se identificasse mais porque era rodada, branca, tinha colar, tinha o lenço na cabeça” (P3, 2024).

Esse relato evidencia como as práticas pedagógicas são também desafiadoras no momento em que a tentativa de desconstrução dos papéis de gênero são necessárias. O professor mostra uma certa hesitação pela escolha do aluno, preocupado com a exposição pública da atividade, que poderia gerar certas reações negativas, por isso, foi pensado em várias outras fantasias mais adequadas socialmente. Mas diante da insistência do aluno, o professor decidiu conversar com a família que apenas não aceitou, como também o apoiou durante a apresentação de uma forma muito bonita. O professor relata que a família, durante o cortejo do aluno, demonstrou muito orgulho e segurança, diferentemente de olhares de outras pessoas que estavam por lá também.

Ao permitir que os alunos vivenciem formas diferentes de ser e de interagir com o mundo, sempre respeitando suas escolhas e experiências. Assim, o professor não contribui apenas para o desenvolvimento físico do aluno, como transformar suas aulas em um ambiente rico em oportunidades e compreensão das diferenças, impactando em um desenvolvimento também emocional e social.

Entretanto, não é um papel fácil e necessita de um olhar crítico para analisar o quanto essas influências socioculturais sobre gênero impactam tanto na vida do aluno, quanto nas práticas pedagógicas. Para isso, se faz necessário entender como esses conflitos podem emergir nas interações entre meninos e meninas nas aulas de Educação Física, já que a disciplina está sempre muito ligada a fatores ligados ao fisiológico.

4.3 AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: INFLUÊNCIAS SOCIOCULTURAIS, PERCEPÇÕES E CONFLITOS

O corpo, especialmente na infância, foi visto há muito tempo com um papel secundário na aprendizagem, com o objetivo atrelados a somente resultados técnicos, enquanto a mente era considerada a única responsável pela produção de conhecimento (Basei, 2008). Sendo assim, Santin (2001) traz que todo movimento era considerado como uma distração e um desvio das funções da mente, fazendo assim toda forma de corporeidade ser totalmente dependente das atividades intelectuais.

Contrapondo essa perspectiva, as manifestações corporais nas práticas pedagógicas das aulas de Educação Física são fundamentais pois permitem à criança um modo de expressão e de vinculação ao mundo. Assim, “o corpo possibilita à criança apreender e explorar o mundo, estabelecendo relações com os outros e com o meio” (Basei, 2008, p. 5), perspectiva essa defendida por Vygotsky apud Rego (1995), Coletivo de Autores (1992) e Santin (1987; 2001) que tratam a cultura corporal como uma forma de linguagem e expressão.

A brincadeira na infância é considerada por Vygotsky (apud Rego, 1995) como uma enorme influência para o desenvolvimento, mesmo que não como um aspecto predominante. O autor traz que especialmente em brincadeiras de faz-de-conta, as crianças aprendem a falar e assim se tornando capazes de representar simbolicamente objetos e envolver-se em situações de imaginação, atuando numa esfera cognitiva que dependem de motivações internas, ou seja, influenciando na aquisição e aplicação dos conhecimentos, refletindo na autonomia da criança e na construção de significados (Vygotsky apud Rego, 1995).

Ao considerar a criança como um sujeito ativo nesse processo de aprendizagem, surge então a ideia de analisar como as atividades direcionadas à elas são planejadas, de modo a promover essa autonomia e o movimento como linguagem para a liberdade de expressão. Nesse contexto, algumas falas revelam um pouco sobre as percepções de gênero nas aulas e em como isso impacta nas decisões pedagógicas dos professores.

O P1 trás em seu relato sobre o aparecimento dos papéis de gênero no ambiente escolar, mesmo quando os professores buscam práticas mais inclusivas, nos dizendo que

“Ela chega mesmo que você pretenda fazer diferente, ela aparece. Seja pelos olhares, sejam pelos outros profissionais, pelas famílias, pela própria socialização das crianças. Se você deixar solto, por exemplo, na educação infantil e observar em geral, as meninas vão se endereçar para certo tipo de atividade no parque e os meninos para certo tipo de atividade. Em geral, pela socialização mesmo. E aí a gente vai desenvolver práticas que mitiguem, que minimizem isso.” (P1, 2024)

Entendendo que as intervenções pedagógicas desses professores de Educação Física influenciam na constituição dos corpos, saberes, gostos, escolar e principalmente à adesão das práticas corporais (Prado; Altmann; Ribeiro, 2016), as percepções compartilhadas pelos docentes entrevistados mostram estratégias para engajar mais as crianças nas suas aulas. Por exemplo, o P1 relatou que em alguns momentos, meninas evitam participar de certas atividades por medo de sujar seus vestidos, demonstrando como, mesmo na pequena infância, as meninas já estão próximas dos padrões de feminilidade instituídos socialmente.

Para alcançar o objetivo de integrar essas crianças de modo integral nas aulas, P1 descreve como utiliza dramatizações e narrativas para sua mediação: “[...] mediando, usando outros termos, trazendo para enredos, histórias, então conto uma história e faço dramatização de animais e de outras coisas para que cheguem a participar” (P1, 2024).

Pensando então que a Educação Infantil é um momento propício para a reconstrução de pensamentos e focada na igualdade de oportunidades, para que ambos os sexos (Ceratti; Schwengber, 2020), o P1 diz como trabalha isso:

“Nas propostas, se a gente vai fazer uma brincadeira na rua, que envolve uma expansividade maior, em roda eu faço com que todos peguem a bola, lancem, passem, sintam a textura, um por vez, passam por todos. Então, quando todos já tiveram algum contato, alguma coisa, aí a gente vai para uma forma mais expansiva, que pode ser que alguns quebrem com a possibilidade de outros brincarem, mas que pelo menos foi garantido aquele contato.” (P1, 2024)

O afastamento de algumas crianças em determinadas atividades pode estar relacionada a adequações culturais de gênero, ou seja, a criança desde cedo reconhece atividades como “não adequadas” para o seu gênero (Prado; Altmann; Ribeiro, 2016). O relato do P1 ilustra de forma clara como essas questões se manifestam nas aulas

“Lembro agora de uma menina que nunca participava de cara [...]. Ela leva um tempo, o tempo dela. E se não puxar ela, não vinha.... [...] Mas se deixasse solta, é bolinho, é cozinha, é cuidar, é mamãe e filhinho. Até as brincadeiras, elas, de alguma forma, reproduzem essa relação” (P1, 2024).

Ao questionar os professores entrevistados sobre os interesse dos alunos em determinadas atividades propostas, o P2 relata que “em algumas propostas de ginástica, de fazer estrelinha, talvez as meninas mostrem um pouco mais de interesse” (2024). Prado, Altmann e Ribeiro (2016) trazem que essa “exclusão voluntária” está relacionada não apenas pelo medo de vivenciar o preconceito de seus colegas de classe, mas também pela internalização que a própria criança tem da ideia de certas atividades não serem adequadas para o seu gênero. Principalmente quando relacionada aos meninos, essa resistência e

afastamento está ligada ao medo de “serem vítimas de comentários depreciativos em relação a uma possível “não demonstração de habilidades” em práticas na qual o homem, segundo representação social, deveria externar um desempenho invejável” (Prado; Altmann; Ribeiro, 2016, p. 69).

Ao ser questionado pelos próprios alunos sobre os brinquedos terem destinação fixa para determinado sexo, o docente rebate

“Eu sempre digo “isso daqui é brinquedo de seres humanos, inclusive tem seres que não são humanos, tem cachorro, tem gato, que brincam com esses brinquedos”, mas digo de brincar mesmo, na concepção do que é brincar, são seres humanos que brincam, então assim, esses brinquedos são de seres humanos. Tento trazer, às vezes, outra perspectiva...” (P3, 2024).

Essas representações sociais esperadas para meninos e meninas acabam impactando no comportamento e pensamento das crianças, assim, de acordo com Vianna e Finco (2009) essas “características tidas pela tradição como naturalmente masculinas ou femininas resultam de esforços diversos para distinguir corpos, comportamentos e habilidades de meninas e meninos” (p. 268). Isso acaba por exercer uma pressão sobre a criança que acaba por privá-la de escolher as atividades e brincadeiras que realmente lhe tem interesse (Braga et al. 2018).

Essa ideologia presente nos brinquedos relacionados ao gênero, limita as possibilidades de vivência das crianças e a ampliação de suas experiências e expressões. A limitação das vivências por meio dos brinquedos e brincadeiras pode afetar o entendimento da criança quanto a suas próprias capacidades e interesses (Braga, et al. 2018).

Assim como a divisão de filas, conduta naturalizada na Educação Física, é questionada por muitos autores (Louro, 2003; Mariano, 2010; Prado, Altmann e Ribeiro, 2016; Vieira, Altmann, 2016), que dizem ser uma atitude que reafirma uma visão de diferenciação entre meninos e meninas. Os professores entrevistados relataram que utilizam outras estratégias de deslocamento e organização, não tolerando esse tipo de conduta em suas aulas.

“Em geral, uma coisa que eu sigo como regra é não trabalhar com filas para deslocamento. A gente desloca ou brincando de imitar algum animal, rastejando, pulando, ou de costas, ou com alguma história que estamos segurando o teto e aí eles vão com a mão para cima... Não aceito divisão por gênero em filas” (P1, 2024).

Vemos, portanto, que a atuação desses professores ao buscar alternativas para a promoção de igualdade de oportunidade e o respeito às diferenças de cada criança é positivo para o desenvolvimento integral delas. Essas abordagens favorecem tanto o aprendizado nas práticas corporais, quanto fortalece a empatia, autonomia e o respeito (Prado. Altmann e Ribeiro, 2016).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão do que é feminino e masculino não é algo natural, e sim uma construção histórica e cultural, enraizada na sociedade de uma forma a ser passada de geração em geração de uma forma muito naturalizada. O corpo é entendido como uma forma de linguagem, onde a criança se expressa e se conecta com o outro e com o mundo ao seu redor. Muitos significados são atribuídos a esses corpos durante o tempo da humanidade, fazendo com que as crianças internalizem o que é certo ou errado, o que é masculino ou feminino, o que é adequado ou não.

A partir dos dados coletados e analisados foi possível observar como essas manifestações se apresentam nas aulas de Educação Física da Educação Infantil, pela visão dos docentes da rede de Florianópolis entrevistados. Essas manifestações aparecem muitas vezes de formas muito sutil durante as brincadeira em falas, comportamento e resistência a algumas propostas. Em nossa análise, podemos perceber que as crianças ampliam suas possibilidades dentro do ambiente escolar, onde esse mesmo deve se tornar um lugar seguro para que elas se sintam capazes e tenham um exercício de sua autonomia.

As crianças aprendem sobre o significado de ser menino ou menina muito antes de entrarem na escola, moldados fortemente pelo ambiente familiar. As roupas, os brinquedos e até a fala dos adultos em sua volta, mesmo que de forma inconsciente, definem desde cedo o que é considerado esperado para meninos e meninas. A Educação Infantil é, portanto, um lugar onde as crianças estão em constante construção, sendo um ambiente aberto e seguro para a problematização e o encorajamento para a ampliação do conceito sobre o que é ser menino ou menina, sem rótulos que limitem e moldem suas escolhas, interesses e comportamentos.

Embora os docentes entrevistados não tenham tido disciplinas na sua formação acadêmica que abordassem essa temática, eles demonstraram uma preocupação em promover abordagens pedagógicas que buscasse minimizar as influências culturais presentes sobre os papéis de gênero. Os três entrevistados concluíram sua formação acadêmica em anos distintos na Universidade Federal de Santa Catarina e fizeram uma crítica ao currículo da graduação, que fala sobre gênero de uma forma muito superficial e pouco aprofundada. Mas isso não impediu os docentes de procurar outros meios para o conhecimento da temática como: disciplinas não obrigatórias, participação em núcleos de desenvolvimentos sobre a temática e até mesmo um intercâmbio para outro país, onde teve matérias obrigatórias sobre gênero e sexualidade.

Isso pode ser um dos fatores que influenciaram suas abordagens mais conscientes e críticas sobre as questões de gênero em suas práticas pedagógicas. No entanto, é importante ressaltar que este estudo aborda somente a visão de professores que tiveram conhecimentos prévios sobre as questões de gênero e sexualidade. Outros estudos devem ser realizados para entender como professores, ativos na rede de Florianópolis, e que não tiveram nenhum contato com a temática em sua formação acadêmica, abordam e integram essas questões nas suas aulas de Educação Física.

O estudo não utilizou como critério o entendimento sobre a temática gênero ou áreas relacionadas, o que pode ser um limitante para a compreensão concreta sobre a visão dos professores da rede sobre a importância de abordar e problematizar os papéis de gênero nas aulas de Educação Física na Educação Infantil. Contudo, como ponto forte da pesquisa, podemos destacar o grande impacto nas práticas pedagógicas dos professores que possuem algum tipo de conhecimento sobre gênero. Esses docentes demonstraram por meio de suas falas, a preocupação em adotar abordagens que fossem mais inclusivas e conscientes, com o objetivo de minimizar as influências culturais sobre os papéis de gênero

Embora a pesquisa tenha sido limitada em relação a amostra, é essencial apontar a importância da capacitação dos professores sobre gênero e sexualidade, uma vez que esses conhecimentos podem impactar de forma muito positiva as práticas pedagógicas, consequentemente, no desenvolvimento da criança. A educação do corpo ocorre, infelizmente, de forma diferente nos corpos de meninos e meninas, impactando principalmente nas diferentes experiências vividas. As práticas pedagógicas pensadas de uma forma a problematizar essas questões, principalmente na Educação Física, disciplina fortemente ligada aos aspectos fisiológicos, é essencial para a desconstrução desses estereótipos.

Acredito, portanto, que é necessário que o aprofundamento do conhecimento sobre gênero esteja presente nas universidades públicas, principalmente no currículo da Educação Física, disciplina fortemente ligada aos aspectos fisiológicos. Para que assim, tenhamos docentes capacitados para trabalhar com a diversidade, não somente pensando em aspectos técnicos, mas que também tenha uma visão crítica sobre as influências socioculturais que moldam as experiências de diferentes de meninos e meninas.

REFERÊNCIAS

AYOUB, Eliana. **Reflexões sobre a educação física na educação infantil**. Revista Paulista de Educação Física, [s. l.], n. 60, 2001. DOI:

<https://doi.org/https://doi.org/10.11606/issn.2594-5904.rpef.2001.139594>. Disponível em: <https://revistas.usp.br/rpef/article/view/139594>. Acesso em: 27 jun. 2024.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa/Portugal: Edições 70, 1977. 230 p.

Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7684991/mod_resource/content/1/BARDIN_L_1977_Analise_de_conteudo_Lisboa_edicoes_70_225.20191102-5693-11evk0e-with-cover-page-v2.pdf. Acesso em: 06 dez. 2024.

BRAGA, Jainara Pacheco de et al. **A Influência do brincar na construção de gênero na infância**. Seminário Internacional de Educação, Tecnologia e Sociedade: Metodologias Ativas, S.I, v. 7, n. 1, p. 1-10, nov. 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidente da República, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: MEC, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998a.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

BASEI, Andréia Paula. **A educação física na educação infantil: a importância do movimentar-se e suas contribuições no desenvolvimento da criança**. Revista Iberoamericana de educación, v. 47, n. 3, p. 1-12, 2008.

BUTLER, Judith. **Os atos performativos e a constituição do gênero: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista**. 2018. Nº78. Disponível em: <https://chaodafeira.com/catalogo/caderno78/>. Acesso em: 05 de maio de 2024.

CAMPOS, Herculano Ricardo; FRANCISCHINI, Rosângela. **Trabalho Infantil Produtivo e Desenvolvimento Humano**. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 8, n. 1, p. 119-129, jan. 2003. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pe/a/cfXSQq345RBJ637dJGpZfJy/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 jun. 2024.

CARNEIRO, M. A. B. **Educação infantil e políticas públicas no Brasil: visões e reflexões**. Revista on-line de Política e Gestão Educacional, Araraquara, v. 24, n. esp. 2, p. 946-960, set. 2020. e-ISSN: 1519-9029. DOI: <https://doi.org/10.22633/rpge.v24iesp2.14325>.

CERATTI, Viviane da Silva Dias; SCHWENGBER, Dra. Maria Simone Vione. **Uma proposta didático-pedagógica em Educação Física Infantil: A literatura brasileira e as**

temáticas corpo, gênero e diferenças. Caderno de Formação RBCE, [s. l.], p. 11-24, set. 2020.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do Ensino da Educação Física.** São Paulo: Cortez, 1992. Coleção Magistério 2º grau – série Formação do Professor.

CONCEIÇÃO, Maria Luiza Lacerda. **O BRINCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL E RELAÇÃO DE GÊNERO:: o gênero influencia nas brincadeiras?** 2019. 47 f. TCC (Graduação) - Curso de Especialização em Formação de Educadores Para Educação Básica, Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/33578>. Acesso em: 06 dez. 2024.

CRUZ, Marlon Messias Santana; PALMEIRA, Fernanda Caroline Cerqueira. **Construção de identidade de gênero na Educação Física Escolar.** Motriz Revista de Educação Física. Salvador, BA, Motriz, Rio Claro, v.15 n.1 p.116-131, jan./mar. 2009. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/motriz/article/view/1470>. Acesso em: 26 jun. 2024.

D'AVILA, Alexandra da Silva. **Educação Física na Educação Infantil: o papel do professor de educação física.** 2016. 86 f. TCC (Graduação) - Curso de Educação Física, Licenciatura, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/157203/001018202.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 06 dez. 2024.

FLEURY, Tereza Leme; WERLANG, Sérgio R. C. **Pesquisa aplicada: conceitos e abordagens.** GV Pesquisa – Anuário de Pesquisa 2016-2017, São Paulo, n. 5, p. 10-15, 2017.

FULY, Viviane Moretto da Silva; VEIGA, Georgea Suppo Prado. **Educação Infantil: da visão assistencialista à educacional.** Interfaces da Educação, Paranaíba, v. 2, n. 6, p. 86-94, jan. 2012.

KRAMER, Sônia. **O papel social da pré-escola.** Cadernos de Pesquisa, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n. 58, p. 77-81, ago. 1986.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista.** 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5738823/mod_resource/content/1/Guacira-lobes-lour_o_Genero-sexualidade-e-educacao-.pdf. Acesso em: 10 jul. 2024.

MARIANO, Marina. **A EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL E AS RELAÇÕES DE GÊNERO: educando crianças ou meninos e meninas?** 2010. 123 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação Física, Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

MINAYO, M. C. S. **Técnicas de pesquisa: entrevista como técnica privilegiada de comunicação.** In: _____. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 2014. p. 261- 273.

OLIVEIRA, Zilma Moraes R. **Creches: Crianças, faz de conta & Cia.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1992.

ORIANI, Valéria Pall. **RELAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: interfaces que envolvem as práticas pedagógicas.** 2015. 101 f. Tese (Doutorado) - Curso de Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Marília, 2015. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/Educacao/Dissertacoes/Valeria_Pall_Oriani_tese_2015.pdf. Acesso em: 10 jul. 2024.

PASCHOAL, Jaqueline Delgado; MACHADO, Maria Cristina Gomes. **A história da educação infantil no Brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional.** Revista HISTEDBR On-line, Campinas, SP, v. 9, n. 33, p. 78–95, 2009. DOI: 10.20396/rho.v9i33.8639555. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639555>. Acesso em: 17 jun. 2024.

PEREIRA, Angelica Silvana; OLIVEIRA, Ericka Marcelle Barbosa de. **BRINCADEIRAS DE MENINOS E MENINAS: cenas de gênero na educação infantil.** Reflexão e Ação, [S.L.], v. 24, n. 1, p. 273, 28 abr. 2016. APESC - Associação Pró-Ensino em Santa Cruz do Sul. <http://dx.doi.org/10.17058/rea.v24i1.7061>.

PRADO, Vagner Matias do; ALTMANN, Helena; RIBEIRO, Arilda Ines Miranda. **CONDUTAS NATURALIZADAS NA EDUCAÇÃO FÍSICA: uma questão de gênero?.** Currículo Sem Fronteiras, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 59-77, abr. 2016. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol16iss1articles/prado-altmann-ribeiro.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2024..

REGO, Teresa Cristina. **Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação.** 2. ed. P: Vozes, 1995.

SAMPAIO, Tuane Bazanella. **Metodologia da Pesquisa.** Santa Maria - Rs: Uab/Cte/Ufsm, 2022.

SANDRONI, Carlos. **Tradicionalidade e suas controvérsias no Maracatu de Baque-Virado.** In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ETNOMUSICOLOGIA, 5., 2011, Belém. Anais... Belém: UFPA, 2011. p. 101-107.

SANTIN, Silvino. **Educação Física: temas pedagógicos.** 2. ed. Porto Alegre: Est, 2001. 117 p. Disponível em: https://labomidia.ufsc.br/Santin/Livros/EF_temas_pedagogicos.pdf. Acesso em: 05 dez. 2024.

SARAIVA, Maria do Carmo. **POR QUE INVESTIGAR GÊNERO NA EDUCAÇÃO FÍSICA, ESPORTE E LAZER?.** Motrivivência, Florianópolis, 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/958/4331>

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação.** 2005. Disponível em:

https://tccbiblio.paginas.ufsc.br/files/2010/09/024_Metodologia_de_pesquisa_e_elaboracao_de_teses_e_dissertacoes1.pdf. Acesso em: 27 jun. 2024.

VIANNA, Claudia; FINCO, Daniela. **Meninas e meninos na Educação Infantil: uma questão de gênero e poder**. Cadernos Pagu, [S.L.], n. 33, p. 265-283, dez. 2009. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-83332009000200010>.

VIEIRA, Rosana Mancini; ALTMANN, Helena. **O brincar na Educação Infantil: Aspectos de uma educação do corpo e de gênero**. Pensar a Prática, Goiânia, v. 19, n. 1, p. 144-155, mar. 2016 DOI: <https://doi.org/10.5216/rpp.v19i1.39027>.

APÊNDICE A**Roteiro de entrevista**

Nome do entrevistado: _____

Sexo: () Masculino / () Feminino / **Outros:** _____

Instituição de atuação: _____

Anos de atuação profissional na área da educação: _____

1. Como eram suas aulas de educação física na escola?
2. O que você entende por desigualdade de gênero?
3. Você teve alguma disciplina na faculdade que falasse sobre gênero?
4. Qual a sua experiência como professor (a) de creche? Há quanto tempo trabalha na área?
5. Como você percebe a importância de abordar temas como a igualdade de gênero desde a primeira infância?
6. Você acredita que as crianças já chegam à creche com noções pré-concebidas sobre gênero?
7. Como você seleciona os conteúdos? E você pensa nas questões de gênero ao planejar as aulas e na escolha das brincadeiras, esportes, atividades, etc.
8. Você promove atividades que estimulem a empatia e o respeito às diferenças?
9. Você acha que tem algum conflito entre os meninos e as meninas durante a aula?
10. Você acha que existe alguma diferença de habilidade física entre os meninos e meninas? Ou de interesse?

Duração da entrevista:

APÊNDICE B
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TÍTULO DO PROJETO: Práticas pedagógicas da Educação Física e a perpetuação dos papéis de gênero: A visão de professores da Educação Infantil.

CONVITE: Você está sendo convidado(a) a participar como voluntário(a) de uma pesquisa científica referente ao Trabalho de Conclusão de Curso da discente Pâmela de Jesus Teixeira, sob orientação da Prof^ª Dra. Andrize Ramires Costa, curso de Licenciatura em Educação Física, da Universidade Federal de Santa Catarina. Este estudo segue o cumprimento da resolução 510/16 do CNS e tem como objetivo: investigar e compreender como as questões de gênero têm emergido durante aulas da Educação Física na Educação Infantil, mais especificamente sobre o pré-conceito e conflitos relacionados às diferenças de habilidades entre meninos e meninas impostas pela nossa sociedade e o desenvolvimento das aulas e atividades diante essas situações. Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, seu aceite será computado via assinatura deste termo.

LOCAL DA PESQUISA: O local da entrevista será o ambiente de trabalho do(a) docente, a ser realizado na instituição onde exerce suas atividades profissionais, em data e horário previamente acordados entre as partes.

PESQUISADORES: Andrize Ramires Costa (MEN/CED/UFSC) e Pâmela de Jesus Teixeira (CDS/UFSC).

DESCRIÇÃO DO ESTUDO: Sua participação neste estudo consistirá em participar de uma entrevista. Seu envolvimento presencial com a pesquisa será no momento de leitura e assinatura deste termo, e a participação com respostas às perguntas elaboradas a partir de um roteiro de entrevista. A entrevista terá duração de aproximadamente 30 a 60 minutos, e nele você será questionado sobre como percebe e aborda a igualdade de gênero em suas práticas pedagógicas durante as aulas de educação física na educação infantil, bem como em todo o cotidiano escolar. Todos os dados coletados serão mantidos em anonimato e armazenados em local seguro por parte dos pesquisadores.

RISCOS E DESCONFORTOS: Os procedimentos da pesquisa serão cercados de cuidados para garantir a total segurança, para que não haja riscos à integridade física dos/as

participantes. Em relação à etapa da pesquisa entrevista, ao responder as perguntas sobre a atuação profissional e a construção das suas aulas e saberes pedagógicos o/a entrevistado/a poderá sentir-se constrangido(a) em repassar informações referente a sua atividade cotidiana, bem como a não autorização da gravação apenas do áudio da entrevista por parte do investigador. Ademais, alguns questionamentos podem evocar memórias e mobilizar sentimentos nem sempre agradáveis, desta forma caso venha ocorrer qualquer um desses casos, a equipe de pesquisadores irá fornecer todo o suporte necessário. Diante deste cenário poderá existir a possibilidade, ainda que remota, de quebra de sigilo, mesmo que involuntária e não intencional, e suas potenciais consequências na vida pessoal e profissional dos participantes.

BENEFÍCIOS: As informações da pesquisa permitirão que o/a senhor/a tenha conhecimento de todos os seus resultados individuais, possibilitando conversar sobre esses resultados com a equipe de pesquisa e com os/as profissionais de educação que atuem com você. Além disso, a participação nas atividades contribuirá com importantes informações sobre as abordagens relacionadas à igualdade de gênero na infância que contribuirão em sua atuação profissional.

GARANTIA DE INFORMAÇÃO: Você tem a garantia de receber todos os esclarecimentos antes e durante a pesquisa, podendo afastar-se a qualquer momento se assim desejar. Antes de concordar em participar, é muito importante que você compreenda as informações e instruções contidas neste documento. Os pesquisadores responderão todas as suas dúvidas sobre a condução deste estudo. Você receberá uma via do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), assinado e rubricado pelo pesquisador responsável. Enfatiza-se a necessidade e a importância do(a) senhor(a) guardar a via deste documento. Se sua decisão for de participar do estudo, nos comprometemos com o sigilo das informações no que diz respeito à sua identificação pessoal, incluindo o registro no banco de dados do estudo, que não incluirá o seu nome.

DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS: Você terá acesso aos resultados após a conclusão do estudo de maneira individual, após isso os resultados do estudo poderão ser publicados em revistas científicas e apresentados em congressos da área, sem identificação dos participantes. Serão garantidas a confidencialidade e a privacidade das informações por você prestadas seguindo a Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD – nº 13.709, de agosto de 2018.

CUSTOS, COMPENSAÇÃO FINANCEIRA E RESSARCIMENTO: Você não receberá nenhum pagamento por participar da pesquisa. No entanto, caso tenha qualquer despesa

decorrente da participação na pesquisa, tais como transporte, alimentação entre outros, haverá ressarcimento dos valores gastos por parte dos pesquisadores de acordo com a Resolução CNS 510/16. Em nenhum momento da pesquisa será solicitado pagamento, depósitos ou dados como CPF, número e senha de cartões.

DIREITO DE INDENIZAÇÃO: Em caso de danos materiais e/ou imateriais comprovadamente decorrentes da pesquisa, você será indenizado.

O Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEPSH) é composto por um grupo de pessoas que estão trabalhando para garantir que seus direitos como participante sejam respeitados, sempre se pautando nas Resoluções 510/16 do CNS. Ele tem a obrigação de avaliar se a pesquisa foi planejada e se está sendo executada de forma ética. Caso você achar que a pesquisa não está sendo realizada da forma como você imaginou ou que está sendo prejudicado de alguma forma, você pode entrar em contato com o Comitê de Ética. O endereço para contato do CEPSH-UFSC é Prédio Reitoria II, Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 701, Trindade, Florianópolis/SC, CEP 88.040-400. Contato: (48) 3721- 6094, e-mail: cep.propesq@contato.ufsc.br.

Em caso de dúvida sobre o estudo você pode entrar em contato: - Responsável local: Profª Dra. Andrize Ramires Costa - Contato: (48) 9-88096991 / andrize.costa@ufsc.br. Endereço: Departamento de Metodologia de Ensino - 1º andar, sala 103, Bloco B, CED. Campus Universitário Trindade - Florianópolis - SC - 88040-900. - Universidade Federal de Santa Catarina - Campus Trindade, Av. César Seara - Carvoeira, Florianópolis – SC -

Os pesquisadores declaram que cumprirão as exigências da resolução CNS 510/16. Este termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) contém quatro páginas, que devem ser rubricadas. Na última página, deverão conter as assinaturas dos responsáveis e do participante da pesquisa. Este documento deverá ser assinado em duas vias, sendo uma via dos pesquisadores e uma via do participante da pesquisa. Agradecemos sua valiosa colaboração.

Este documento está redigido em duas vias e deverá ser rubricado em todas as suas páginas por você e pelo pesquisador responsável e assinado ao seu término. Uma das vias ficará com você, guarde-a cuidadosamente, pois é um documento que traz importantes informações de contato e garante os seus direitos como participante da pesquisa. Os aspectos éticos e a confidencialidade das informações fornecidas, relativos às pesquisas com seres humanos,

serão respeitados de acordo com as diretrizes e normas regulamentadoras da Resolução N° 510/16, aprovada pelo Conselho Nacional de Saúde.

Assinatura da pesquisadora responsável: Andrize Ramires Costa

Assinatura da pesquisadora: Pâmela de Jesus Teixeira

Participante da Pesquisa

ANEXO A

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SANTA CATARINA - UFSC



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DA EDUCAÇÃO FÍSICA E A PERPETUAÇÃO DOS PAPÉIS DE GÊNERO: A visão de professores da Educação Infantil

Pesquisador: ANDRIZE RAMIRES COSTA

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 83453224.3.0000.0121

Instituição Proponente: Departamento de Metodologia de Ensino

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 7.231.856

Apresentação do Projeto:

Resumo:

Uma vez que gênero é entendido como uma construção cultural, histórica e não natural, e que essa ideia de gênero e práticas sexistas estão presentes na educação das crianças pequenas a partir de comportamentos naturalizados no cotidiano escolar, faz-se necessário a discussão do tema para que se tenha um olhar amplo sobre o reconhecimento da influência que esses comportamentos têm na perpetuação e a definição clara dos papéis e a responsabilidades diferentes atribuídas a homens e mulheres na sociedade. Com isso, o objetivo deste estudo é Investigar e compreender como as questões de gênero têm emergido durante aulas da Educação Física na Educação Infantil, visto que esse período de vida das crianças é rico em descobertas e desenvolvimento em vários aspectos sociais, morais, físicos e cognitivos. A pesquisa é caracterizada por abordagem qualitativa, do tipo estudo de caso. Para a coleta de dados será realizada uma entrevista semiestruturada com os participantes e os dados serão analisados pelo método de análise de conteúdo de Bardin. Espera-se a partir desta pesquisa reconhecer os diferentes papéis de gênero atribuídos as crianças nas aulas de Educação Física na Educação Infantil.

Introdução:

A Educação Infantil é um direito da criança e um dever do Estado, de acordo com a Lei de Diretrizes e Base da Educação 9394/96, nela também está amparado que a educação infantil

Endereço: Universidade Federal de Santa Catarina, Prédio Reitoria II, R: Desembargador Vítor Lima, nº 222, sala 701
Bairro: Trindade **CEP:** 88.040-400
UF: SC **Município:** FLORIANOPOLIS
Telefone: (48)3721-6094 **E-mail:** cep.propesq@contato.ufsc.br

Continuação do Parecer: 7.231.856

faz parte da educação básica, porém para que se tenha uma educação de qualidade, plena e efetiva, precisa -se de outros fatores, como ações políticas voltadas a esse público (Ayoub, 2001). Entende-se que esse período da vida das crianças é rico em descobertas, o que auxilia no desenvolvimento físico, cognitivo, social e moral. Para Kramer (1986) é imprescindível a valorização dos conhecimentos dos pequenos, não podendo deixar de lado os fatores histórico-culturais atrelados a elas e a sociedade em que estão inseridas. A desigualdade de gênero se dá em vários ambientes da sociedade, mas quando se fala da Educação Física, é entendível através do Coletivo de autores (1996) que esses comportamentos presentes nas aulas são profundamente históricas, pois a disciplina vem tendo historicamente a como objeto de estudo o desenvolvimento da aptidão física do homem (p. 24). Sabendo que essa diferenciação de gênero se dá através da cultura que se reflete principalmente nas aulas por meio de comportamentos esperados e adequados para meninos e meninas, faz-se necessário pensar modo de desvincular a Educação Física do ensino técnico e buscar um ensino que envolva todos os aspectos necessários para o desenvolvimento pleno das crianças, como o cognitivo, emocional e moral (Prado; Altmann; Ribeiro, 2016). Quando parado para observar, é na Educação Física Escolar que as práticas corporais são permeadas de preconceitos e imagens estereotipadas sobre o que e para quem são possíveis (Saraiva, 2002, p. 1), e são reforçadas através de falas e comportamento tanto dos alunos, quanto dos professores, assim perpetuando esses estereótipos e limitando as oportunidades de desenvolvimento desde a infância (Cruz e Palmeiras, 2009). É significativo o papel das escolas na construção e/ou reprodução de conceitos e valores estereotipados em relação ao gênero, como destacado por Cruz e Palmeiras (2009). Isso evidencia a importância de estudos sobre essa temática, principalmente porque é durante a infância que se desenvolvem as relações e diferentes aspectos sociais. Nesse contexto, o professor desempenha um papel crucial como agente reflexivo e transformador da cultura escolar, atuando como mediador de relações e mudanças sociais. É nesse sentido que a Educação Física é uma poderosa ferramenta para mudar o cenário de desigualdade presente no cotidiano escolar. Visto que, seus conhecimentos estão atrelados a práticas corporais que são nada mais, nada menos que representações de conhecimentos socialmente produzidos historicamente, e pautado no Coletivo de autores (1992, p. 27) onde trás a compreensão de que a produção humana é histórica, inesgotável e provisória (grifo meu), o professor de Educação Física e os agente escolares ali inseridos deve instigar o aluno a assumir a postura de produtor de outras atividades corporais [...] (Coletivo de autores, 1992, p. 27), buscando assim, uma visão mais crítica e reflexiva aos

Endereço: Universidade Federal de Santa Catarina, Prédio Reitoria II, R: Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 701
Bairro: Trindade **CEP:** 88.040-400
UF: SC **Município:** FLORIANOPOLIS
Telefone: (48)3721-6094 **E-mail:** cep.propesq@contato.ufsc.br

Continuação do Parecer: 7.231.856

alunos.

Hipótese:

As questões de gênero manifestam-se de forma significativa nas práticas pedagógicas das aulas de Educação Física na Educação Infantil, influenciadas por estereótipos socioculturais. Essas influências resultam na reprodução de papéis de gênero tanto por parte dos professores, quanto pelo ambiente escolar em um todo, o que, por sua vez, contribui para a perpetuação de preconceitos e conflitos relacionados às diferenças de habilidades entre meninos e meninas nas aulas de Educação Física, impactando o desenvolvimento das atividades e a interação entre os alunos.

Metodologia Proposta:

O presente estudo possui uma abordagem qualitativa e objetivo descritiva, pois busca compreender o contexto real em que o sujeito está inserido, permitindo assim uma compreensão mais profunda da realidade social, além de entender-se que o aspecto subjetivo é um ponto principal para uma compreensão mais aprofundada de estruturas e organizações sociais (Sampaio, 2022), para Silva e Menezes (2005), o processo e seus significados são os focos dessa abordagem. Por fim, o estudo apresenta foco na identificação e resolução de problemas relacionados a desigualdade e perpetuação dos papéis de gênero nas aulas de Educação Física na Educação Infantil, assim sendo caracterizado como de natureza aplicada pois tem como principal objetivo sintetizar os problemas presentes no contexto escolar e busca identificar soluções através dos resultados a fim de serem utilizados como orientação para as práticas pedagógicas. (Fleury e Werlang, 2017). INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS A coleta de dados será realizada através de entrevistas semiestruturadas com perguntas abertas como instrumento principal, a fim de possibilitar ao entrevistador aprofundar ou redirecionar a conversa conforme necessário sobre o tema em questão, sem limitar-se às questões previamente formuladas. As entrevistas, e acordo com Minayo (2014), através das entrevistas que se obtém informações que tratam da reflexão do próprio sujeito sobre a realidade que vivencia, e continua dizendo que essas informações constituem uma representação da realidade: idéias, crenças, maneira de pensar, opiniões, sentimentos, maneiras de sentir; maneiras de atuar; condutas; projeções para o futuro; razões conscientes ou inconscientes de determinadas atitudes e comportamentos. (Minayo, p. 262, 2014) A escolha de uma entrevista semiestruturada se dá por obedecer um roteiro já pré estabelecido (Apêndice A), o que para Minayo (2014) facilita e assegura ao investigador que suas hipóteses ou seus pressupostos serão cobertos na conversa. ASPECTOS ÉTICOS A pesquisa será submetida ao Comitê de Ética

Endereço: Universidade Federal de Santa Catarina, Prédio Reitoria II, R. Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 701
Bairro: Trindade **CEP:** 88.040-400
UF: SC **Município:** FLORIANOPOLIS
Telefone: (48)3721-6094 **E-mail:** cep.propesq@contato.ufsc.br

Continuação do Parecer: 7.231.856

em Pesquisa com Seres Humanos (CEPESH) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) via plataforma Brasil, contendo todos os documentos necessários, incluindo a autorização da instituição. Após isso, será encaminhado aos professores a serem entrevistados o TCLE (Termo de Consentimento de Livre e Esclarecido com todas as informações e esclarecimentos necessários aos envolvidos como: os objetivos e descrição do estudo, riscos e desconfortos, benefícios, garantia de informações, divulgação dos resultados, ressarcimentos e compensações financeiras. PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS Após a seleção dos dois professores de Educação Física que atendam aos critérios estabelecidos e feito o contato para concordância de participação da pesquisa, será agendado as entrevistas individualmente em horários e dias apropriados para os professores, respeitando a disponibilidade deles e as atividades das instituições. As entrevistas serão conduzidas de forma presencial e terão duração de aproximadamente 30 a 60 minutos, sendo gravadas, com autorização prévia dos participantes, para garantir a fidelidade na transcrição dos dados.

Critério de Inclusão:

A seleção dos participantes será composta por dois professores de Educação Física que atuem na Educação Infantil na rede municipal de Florianópolis. Um critério essencial para a participação é que esses professores tenham, no mínimo, um ano de experiência docente na instituição onde trabalham, o que permitirá garantir que possuam familiaridade com o ambiente escolar e com as particularidades do ensino da Educação Infantil, bem como uma vivência prática acumulada no contexto de suas aulas, o que ocasionará em uma discussão rica sobre a igualdade de gênero e as discussões sobre a importância da Educação Infantil na construção da identidade das crianças.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Investigar e compreender como as questões de gênero se manifestam durante as aulas de Educação Física na Educação Infantil.

Objetivo Secundário:

Apresentar as influências socioculturais que contribuem para a reprodução de papéis de gênero na Educação Infantil; Investigar as percepções de professores de Educação Física sobre a relação de papéis de gênero na Educação Infantil; Analisar como o preconceito e os conflitos relacionados às diferenças de habilidades entre meninos e meninas, impostas pela sociedade, impactam o desenvolvimento de aulas e atividades escolares.

Endereço: Universidade Federal de Santa Catarina, Prédio Reitoria II, R: Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 701
Bairro: Trindade **CEP:** 88.040-400
UF: SC **Município:** FLORIANOPOLIS
Telefone: (48)3721-6094 **E-mail:** cep.propesq@contato.ufsc.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SANTA CATARINA - UFSC



Continuação do Parecer: 7.231.856

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Os procedimentos da pesquisa serão cercados de cuidados para garantir a total segurança, para que não haja riscos à integridade física dos/as participantes. Em relação à etapa da pesquisa entrevista, ao responder as perguntas sobre a atuação profissional e a construção das suas aulas e saberes pedagógicos o/a entrevistado/a poderá sentir-se constrangido(a) a repassar informações referente a sua atividade cotidiana, bem como a não autorização da gravação apenas do áudio da entrevista por parte do investigador. Ademais, alguns questionamentos podem evocar memórias e mobilizar sentimentos nem sempre agradáveis, desta forma caso venha ocorrer qualquer um desses casos, a equipe de pesquisadores irá fornecer todo o suporte necessário. Diante deste cenário poderá existir a possibilidade, ainda queremota, de quebra de sigilo, mesmo que involuntária e não intencional, e suas potenciais consequências na vida pessoal e profissional dos participantes.

Benefícios:

As informações da pesquisa permitirão que o/a senhor/a tenha conhecimento de todos os seus resultados individuais, possibilitando conversar sobre esses resultados com a equipe de pesquisa e com os/as profissionais de educação que atuam com você. Além disso, a participação nas atividades contribuirá com importantes informações sobre as abordagens relacionadas à igualdade de gênero na infância que contribuirão em sua atuação profissional.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Projeto referente ao trabalho de conclusão de licenciatura de Pâmela de Jesus Teixeira do curso de Educação Física, orientada por Andrize Ramires Costa.

Estudo nacional, unicêntrico e prospectivo

Número de participantes: 4 , professores de Educação Física que atuam na Educação Infantil na rede municipal de Florianópolis / que serão submetidos a entrevistas

Previsão de início da coleta de dados: 16/11/2024

Previsão de fim do estudo: 22/12/2024

Previsão orçamentária: R\$ 2.120,00, com financiamento próprio

Endereço: Universidade Federal de Santa Catarina, Prédio Reitoria II, R: Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 701
Bairro: Trindade **CEP:** 88.040-400
UF: SC **Município:** FLORIANOPOLIS
Telefone: (48)3721-6094 **E-mail:** cep.propesq@contato.ufsc.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SANTA CATARINA - UFSC



Continuação do Parecer: 7.231.856

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Vide Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações

Recomendações:

Vide Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Recomendo a aprovação.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2418423.pdf	09/11/2024 22:47:48		Aceito
Outros	CARTA_AOS_PARECERISTAS_DO_CEPdoisassinado.pdf	09/11/2024 22:47:02	ANDRIZE RAMIRES COSTA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEDocentes.pdf	09/11/2024 22:43:11	ANDRIZE RAMIRES COSTA	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto_assinado.pdf	24/09/2024 16:07:39	ANDRIZE RAMIRES COSTA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projetoCompleto.pdf	18/09/2024 19:11:05	ANDRIZE RAMIRES COSTA	Aceito
Orçamento	orcamentoprojeto.pdf	18/09/2024 19:03:14	ANDRIZE RAMIRES COSTA	Aceito
Cronograma	cronogramaprojeto.pdf	18/09/2024 18:59:07	ANDRIZE RAMIRES COSTA	Aceito
Outros	roteirodeentrevista.pdf	17/09/2024 15:59:47	ANDRIZE RAMIRES COSTA	Aceito
Declaração de concordância	declaracaodeanuencia.pdf	17/09/2024 15:57:30	ANDRIZE RAMIRES COSTA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Universidade Federal de Santa Catarina, Prédio Reitoria II, R: Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 701
Bairro: Trindade **CEP:** 88.040-400
UF: SC **Município:** FLORIANOPOLIS
Telefone: (48)3721-6094 **E-mail:** cep.propesq@contato.ufsc.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SANTA CATARINA - UFSC



Continuação do Parecer: 7.231.856

FLORIANOPOLIS, 18 de Novembro de 2024

Assinado por:
Sharbel Weidner Maluf
(Coordenador(a))

Endereço: Universidade Federal de Santa Catarina, Prédio Reitoria II, R: Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 701
Bairro: Trindade **CEP:** 88.040-400
UF: SC **Município:** FLORIANOPOLIS
Telefone: (48)3721-6094 **E-mail:** cep.propesq@contato.ufsc.br